



**Universidade de Brasília  
Departamento de Economia**

**DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

**Joana Simões de Melo Costa**

**Orientadora: Maria Eduarda Tannuri-Pianto**

**Brasília/DF**

**Universidade de Brasília  
Departamento de Economia**

**DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO  
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

**Joana Simões de Melo Costa**

**Orientadora: Maria Eduarda Tannuri-Pianto**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-graduação em Economia da  
Universidade de Brasília como  
requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Economia**

**Brasília/DF, novembro de 2007**

Ao Marcelo e aos meus  
pais.

## AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos são à Professora Madu, por sua incessante disponibilidade em me atender e orientar.

Gostaria de agradecer também aos membros da banca, Ana Flávia Machado e Lauro Ramos, por aceitarem o convite de analisar esta dissertação.

Agradeço ainda o apoio institucional dado pelo departamento de economia da UnB, pelo IPEA e pelo IPC, sem o suporte destas instituições não seria possível seguir esta trajetória.

De fundamental relevância para a finalização deste projeto foi o companheirismo dos colegas de mestrado e, especialmente, dos colegas de trabalho. A eles, meus sinceros agradecimentos.

Não posso deixar de agradecer ao Marcelo por sua presença atenciosa e animadora. E também à minha família, especialmente meus pais, pelos incentivos ao longo da vida.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar os determinantes da participação da mulher no mercado de trabalho e avaliar em que medida as escolhas das mulheres estão limitadas por barreiras.

Assim, em um primeiro momento comparam-se as características determinantes da oferta de trabalho de homens e mulheres. Nesta etapa, verifica-se que enquanto educação e presença de filhos mostram-se relevantes para a decisão feminina, a masculina não apresenta determinantes importantes. Também foi encontrado um efeito positivo e significativo da oferta de creche sobre a probabilidade da mulher trabalhar. Essas evidências sugerem que as obrigações domésticas constituem um fator para que as mulheres tenham salários de reserva mais elevados que os homens, e, conseqüentemente, uma menor participação das mulheres no mercado de trabalho.

Em um segundo momento, verificamos que as mulheres mais pobres são as que possuem uma menor participação no mercado de trabalho e buscamos analisar se os determinantes de participação atuam de forma diferenciada para este grupo de mulheres mais pobres. Entre outros resultados, cabe destacar que todos os níveis educacionais, inclusive os mais baixos, são relevantes para aumentar a participação das mulheres mais pobres. Dessa forma, qualquer elevação do nível educacional das mulheres pobres contribuirá para elevar sua participação no mercado de trabalho.

Em um terceiro momento, nossa atenção se volta para o tipo de inserção da mulher no mercado de trabalho, e para isso consideramos tanto as posições na ocupação quanto a duração da jornada de trabalho. Encontramos que ocupações mais flexíveis, como conta-própria ou com menores jornadas de trabalho, favorecem a saída da mulher da situação de inatividade. Em suma, para elevar a participação das mulheres deve-se buscar uma elevação de seu nível educacional, especialmente o das mulheres mais pobres, e ampliar a oferta de creche, ou ampliar a oferta de ocupações mais flexíveis.

## ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to investigate the determinants of female labor market participation in Brazil and to discuss if women's choices are being constrained by barriers.

At a first step, the main determinant characteristics of male and female decision to work are compared. It is verified that while the level of education and the presence of child are the most relevant determinants of the female decision, there are no relevant determinants of the male decision. It was also found that the existence of preschool nearby can affect positive and significantly the entrance of women in the labor market. These evidences suggest that domestic obligations might be the cause for higher female reservation wages and a lower female labor market participation.

At a second step, it is investigated why poor women have an even lower labor market participation compared to rich women. Among other findings, it is relevant to say that to this group of women the level of education is more important, even the lower ones. Any increase of these women's level of education will contribute to increase their labor force.

At a third step, it is analyzed the type of insertion in the labor market, considering both the kind of occupation and the job journey. More flexible occupations, such as self-employed or with smaller weekly journeys, contribute to an increase of the female labor force. Summarizing, in order to increase the female labor market participation the public policies must pay attention to the women's level of education (specially the poor ones), to the supply of preschools and to the existence of more flexible occupations to women.

## ÍNDICE

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 – A DECISÃO DE PARTICIPAR NO MERCADO DE TRABALHO: ANTECEDENTES E HIPÓTESES	3
2.1 Antecedentes teóricos	3
2.2 Antecedentes empíricos	7
2.3 Fatos estilizados	13
2.4 Os determinantes: hipóteses deste estudo	21
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA	25
3.1 Dados e variáveis	25
3.2 Modelos econométricos	27
3.2.1 <i>Probit</i>	28
3.2.2 <i>Logit</i> multinomial	29
3.2.3 <i>Logit</i> ordenado	30
3.2.4 Simulações contra-factuais	31
3.3 Estatísticas descritivas	31
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS	34
4.1 Determinantes da decisão de participar no mercado de trabalho	34
4.1.1 Comparando homens e mulheres	34
4.1.2 Efeitos da oferta de creche	39
4.1.3 Efeitos da interação de renda não laboral e criança	42
4.2 Pobreza e determinantes de participação	44
4.3 Determinantes da forma de inserção da mulher no mercado de trabalho	50
4.4 Determinantes da jornada de trabalho	53
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	57
Referências Bibliográficas	59

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estatísticas descritivas para mulheres e homens	33
Tabela 2: Resultados do modelo <i>probit</i> : mulheres e homens	37
Tabela 3: Simulações das taxas de participação das mulheres	38
Tabela 4: Resultado dos modelos <i>probit</i> com efeito creche	41
Tabela 5: Resultado do modelo <i>probit</i> : efeito interação de renda não-laboral e filhos 0-3 anos	43
Tabela 6: Taxa de participação das mulheres por extratos de renda	45
Tabela 7: Resultados do modelo <i>probit</i> e características médias: mulheres “pobres” e “ricas”	48
Tabela 8: Simulações das taxas de participação das mulheres “pobres”	49
Tabela 9: Resultado do <i>logit</i> multinomial: tipos de inserção no mercado de trabalho	52
Tabela 10: Resultado do <i>logit</i> ordenado: jornada de trabalho	55
Tabela 11: Efeitos marginais do <i>logit</i> ordenado: jornada de trabalho	56

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da taxa de participação (%) de homens e mulheres, segundo posição no domicílio, 1992-2005	15
Gráfico 2: Evolução da taxa de participação das mulheres por idade, 1992-2005	16
Gráfico 3: Evolução da taxa de participação das mulheres por coortes	17
Gráfico 4: Evolução da taxa de participação das mulheres de acordo com anos de estudo, 1992-2005	18
Gráfico 5: Evolução da taxa de participação das mulheres por quintos da distribuição de renda, 1992-2005	19
Gráfico 6: Evolução do tipo de ocupação da mulher no mercado de trabalho, 1992-2005	20
Gráfico 7: Evolução do tipo de jornada de trabalho semanal da mulher, 1992-2005	21



## CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

Apesar do crescimento da entrada das mulheres no mercado de trabalho, ainda há um persistente e relevante diferencial entre as taxas de participação de mulheres e homens. Esta não é uma realidade exclusiva do Brasil<sup>1</sup>, mas não quer dizer que seja uma realidade aceitável. Na verdade, este diferencial é um dos importantes indicadores das desigualdades de gênero que ocorrem no mercado de trabalho.

Uma redução desse diferencial entre homens e mulheres é importante por vários motivos. Se as mulheres não participam do mercado de trabalho por causa de obstáculos de quaisquer naturezas (cultural ou econômica), isso implica que há uma subutilização de recursos e uma perda de bem-estar. Assim, a eliminação de tais barreiras garante um maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho com benefícios para toda a sociedade.

Ainda pode-se argumentar que há indícios de que uma maior contribuição da mulher para a renda familiar resulta em uma divisão intra-familiar mais igualitária<sup>2</sup>. Além disso, uma maior obtenção de renda própria pelas mulheres implica um aumento de seu grau de autonomia econômica, isto é, uma maior independência de tomar decisões baseadas apenas em seus rendimentos.

Outro argumento importante ressalta que um aumento da renda das mulheres contribui também para elevar a renda familiar, e, desta forma, pode ser uma importante forma de superação da pobreza monetária. Em suma, são diversas as razões que justificam a relevância do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Assim, tendo em vista a importância da elevação da taxa de participação das mulheres, o objetivo principal deste estudo é avaliar os determinantes da inserção feminina no mercado de trabalho, com especial atenção às obrigações domésticas das mulheres que podem atuar como uma barreira.

Além de procurar os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho e de ver o papel das responsabilidades domésticas sobre esta decisão

---

<sup>1</sup> Ver Eclac (2002) e Killingsworth e Heckman (1986).

<sup>2</sup> Sobre a relevância da desigualdade na distribuição intra-familiar ver Sen (1997). Para uma verificação empírica de como alterações de atributos do casal resultam em diferentes alocações intra-domiciliares considerar Quisumbing e Maluccio (2000).

feminina, este estudo têm mais três objetivos. Averiguar se tais determinantes se apresentam de forma diferente por níveis de renda, isto é, se as mulheres mais pobres têm determinantes diferentes das mais ricas. E também verificar como esses determinantes, e as responsabilidades domésticas, afetam também a decisão do tipo de inserção no mercado de trabalho e a decisão da duração da jornada de trabalho.

O trabalho está dividido em mais quatro capítulos além desta introdução. O segundo capítulo compreende uma revisão de literatura, e apresenta as hipóteses do trabalho. O terceiro capítulo discute a metodologia utilizada e apresenta uma análise descritiva. O quarto capítulo analisa os resultados obtidos e, por fim, o quinto resume as conclusões do trabalho.

## **CAPÍTULO 2 – A DECISÃO DE PARTICIPAR NO MERCADO DE TRABALHO: ANTECEDENTES E HIPÓTESES**

### **2.1 Antecedentes teóricos**

Tendo em vista o objetivo deste trabalho de compreender melhor a inserção da mulher no mercado de trabalho, é fundamental discutir tanto os antecedentes teóricos quanto os empíricos acerca da decisão feminina de participar do mercado de trabalho. Então, nesta seção, buscamos avaliar os estudos teóricos e empíricos que já vêm discutindo os determinantes da entrada da mulher no mercado de trabalho, de sua forma de inserção e de sua jornada de trabalho.

Fundamentada em Killingsworth e Heckman (1986) e Berndt (1996), segue uma breve discussão sobre os diversos modelos teóricos que visam explicar a oferta de trabalho do indivíduo. Entre eles, cabe destacar o modelo neoclássico da oferta de trabalho. Este modelo nada mais é que uma aplicação da teoria do consumidor à decisão do indivíduo de participar do mercado de trabalho. Em suma, o indivíduo tem um salário de reserva cujo valor representa o salário mínimo ao qual ele está disposto a trabalhar. Assim, com base no salário ofertado, na sua restrição orçamentária e nas suas curvas de utilidade, o indivíduo decide se vai trabalhar e quantas horas trabalhará.

Outras abordagens teóricas enfatizam que esta decisão do indivíduo ocorre dentro de um contexto domiciliar onde outros indivíduos também estão decidindo sobre sua oferta de trabalho. Nesse conjunto, destaca-se a hipótese bastante utilizada de que existe uma única função de utilidade agregada para o domicílio, e de que é o exercício de maximização desta utilidade dada a restrição orçamentária domiciliar que definirá a oferta de trabalho de todos os membros do domicílio. Em contraposição à essa consideração de que há uma cooperação perfeita entre os membros do domicílio, surgiram diversas outras abordagens utilizando o instrumental desenvolvido pela teoria dos jogos para desenvolver os chamados modelos de barganha. Apesar desses modelos de barganha adotarem hipóteses mais realistas para o comportamento dos indivíduos dentro dos domicílios, devido a sua complexidade há uma dificuldade de testá-los empiricamente. Ainda cabe mencionar a existência de outros modelos complexos que levam em conta outras questões, como os modelos de ciclo de vida.

Indubitavelmente o contexto familiar e suas características são elementos importantes na decisão do indivíduo sobre sua oferta de trabalho, contudo a irrealidade de uma única função utilidade do domicílio e a excessiva complexidade dos modelos de barganha nos levaram a optar pelo modelo neoclássico de oferta de trabalho individual para discutir a decisão da mulher sobre sua inserção no mercado de trabalho. Aliado ao instrumental neoclássico serão consideradas as características domiciliares.

De acordo com a teoria neoclássica, o indivíduo determina sua participação no mercado de trabalho através da maximização de sua utilidade, que é uma função que depende tanto da quantidade de bens consumidos (G) quanto da quantidade de tempo gasto com atividades não laborais no mercado de trabalho, ao qual chamaremos de tempo total disponível (L)<sup>3</sup>. Essas duas variáveis apresentam uma relação positiva com a utilidade do indivíduo ( $U=U(G,L)$ ), isto é, as utilidades marginais de ambas são positivas. Seguindo ainda o modelo neoclássico de oferta de trabalho, cabe ressaltar que a utilidade marginal dos bens consumidos (G) e do tempo total disponível (L), além de serem positivas, são decrescentes.

Para completar o problema de maximização da utilidade, falta incluir na análise a restrição orçamentária, que depende dos preço dos bens ( $P_G$ ), do salário potencial por hora ( $P_L$ ), da renda não-laboral (V), e da limitação do tempo. Note que consideramos o salário potencial pois este é o salário que um indivíduo espera receber se decidir participar da força de trabalho, dada as condições de mercado e dada as suas características individuais. Nossa ênfase aqui é compreender a decisão do indivíduo antes de entrar para a força de trabalho, por isso consideramos seu salário potencial. A renda total oriunda do trabalho é dada por  $P_L H$ , onde H é a quantidade de horas trabalhadas. Cabe ressaltar que há um limite do tempo total, dado por T, que equivale a soma do tempo gasto no mercado de trabalho com o tempo total disponível ( $T=H+L$ ). Desse modo, a restrição orçamentária é dada por:

$$P_G G = P_L (T-L) + V, \text{ rearrumando,}$$

---

<sup>3</sup> Enquanto o modelo tradicional neoclássico de oferta de trabalho considera que a utilidade é uma função dos bens consumidos e do tempo disponível para lazer (que seria igual ao tempo total menos o tempo dedicado ao mercado de trabalho), outros autores, como Heckman (1974) já não consideram uma divisão do tempo apenas entre lazer e trabalho. Dessa forma, aqui também consideramos uma visão mais ampla onde o tempo disponível após o desconto do tempo de trabalho no mercado inclui não só as atividades de lazer mas também as atividades de cuidado pessoal, de educação, e, especialmente, a de afazeres doméstico, entre outras. As implicações dessa generalização serão discutidas no texto.

$$(1) G = \left[ \frac{P_L}{P_G} \cdot T + \frac{V}{P_G} \right] - \frac{P_L}{P_G} \cdot L$$

Seguindo a condição de primeira ordem, a solução do problema de maximização da utilidade ocorre no ponto em que

$$(2) \frac{\partial U / \partial L}{\partial U / \partial G} = \frac{UM_L}{UM_G} = TMS_{LG} = \frac{P_L}{P_G}$$

Neste ponto, a razão entre a utilidade marginal do tempo total disponível (L) e a utilidade marginal dos bens consumidos (G), que é a taxa marginal de substituição de G e L, se iguala aos preços relativos, que é o salário potencial em termos reais. A representação gráfica desta solução implica a tangência entre a curva de utilidade e a restrição orçamentária, pois suas inclinações se igualam. Há que se ressaltar que esta solução é a chamada solução interior e se caracteriza pelo fato de que o indivíduo participará do mercado de trabalho, ofertando horas positivas de trabalho<sup>4</sup>.

A solução do problema de maximização que resulta na não participação do indivíduo na força de trabalho é a chamada solução de canto. Neste caso em que o indivíduo decide ofertar zero hora de trabalho, a inclinação da curva de utilidade é maior do que a inclinação da restrição orçamentária, isto é, a taxa marginal de substituição entre bens consumidos (G) e tempo total disponível (L) é maior do que o salário potencial em termos reais. A taxa marginal de substituição de G e L reflete quanto o indivíduo exige em termos reais (i.e., quantos bens) em troca de uma unidade de seu tempo total disponível quando não está trabalhando, e este valor exigido é chamado de salário de reserva (em termos reais). Se o indivíduo não oferta horas positivas de trabalho, seu salário de reserva é maior do que seu salário potencial em termos reais, o que significa que este indivíduo valoriza mais esta primeira hora de tempo total disponível do que o seu salário potencial. Assim, para que o indivíduo participe da força de trabalho é preciso que seu salário potencial seja maior que seu salário de reserva<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Este indivíduo, tendo em vista seu salário potencial, decide ofertar horas positivas de trabalho. Porém, pode ser que ele efetivamente não apresente horas positivas trabalhadas por estar desocupado.

<sup>5</sup> Cabe aqui ressaltar que há aqueles que possuem um salário de reserva menor do que seu salário potencial e decidem entrar no mercado de trabalho, mas por não encontrarem emprego não apresentam

Dessa forma, entre indivíduos com níveis idênticos de salário potencial, aqueles com maiores salário de reserva provavelmente participarão menos do mercado de trabalho. Assim, as mulheres, por precisarem de tempo total disponível para realizar afazeres domésticos além de outras atividades, deverão ter um salário de reserva mais elevado e, conseqüentemente, uma menor participação no mercado de trabalho. Do mesmo modo, entre indivíduos com níveis idênticos de salário de reserva, aqueles cujo salário potencial for mais elevado estarão mais provavelmente na força de trabalho. Os indivíduos com maior nível de escolaridade recebem maiores retornos salariais no mercado de trabalho e, portanto, devem participar mais do mercado de trabalho.

Utilizando este contexto analítico, na última seção deste capítulo, avalia-se quais são as principais características individuais e domiciliares que devem afetar ou o salário de reserva ou o salário potencial de um indivíduo, e conseqüentemente a sua decisão sobre inserção no mercado de trabalho. Tais características serão consideradas como prováveis determinantes da decisão da entrada do indivíduo, de sua jornada de trabalho e do seu tipo de inserção no mercado de trabalho.

Além das características individuais e domiciliares, outros fatores podem afetar o salário de reserva ou o salário potencial, e assim alterar a decisão sobre a inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, barreiras culturais e/ou econômicas podem resultar em uma não participação da mulher no mercado de trabalho, o que causa uma subutilização dos recursos e uma perda de bem-estar.

Cabe ressaltar que, mesmo em um cenário onde não existam barreiras à participação feminina, é possível que as mulheres optem por não entrar para o mercado de trabalho e que a taxa de participação feminina permaneça inferior a das homens. Nesse contexto, a não participação da mulher no mercado de trabalho não implica uma perda de bem-estar para a sociedade, pois seria consequência de preferências individuais e não de barreiras impostas. Assim, é importante que as mulheres se encontrem livres de barreiras de quaisquer naturezas para decidir livremente se querem ou não entrar para o mercado de trabalho.

Como barreira cultural podemos identificar o fato de que as mulheres têm responsabilidade exclusiva pela realização dos afazeres domésticos. Essa obrigação

---

uma quantidade positiva de horas trabalhadas. Ainda assim, estes pertencem à força de trabalho, pois esta compreende tanto os ocupados quanto os desocupados.

implica que as mulheres precisam ter uma maior quantidade de tempo total disponível (L), o que as leva a ter um maior salário de reserva do que os homens com características idênticas, e conseqüentemente uma menor participação do mercado de trabalho. A existência desta barreira cultural fica caracterizada se é observado um aumento da participação feminina no mercado de trabalho a partir de uma redução das responsabilidades domésticas. Outras barreiras culturais podem atuar sobre a decisão feminina, como por exemplo elementos de natureza religiosa, contudo, nossa atenção volta-se somente para os obstáculos representados pelas obrigações domésticas.

Como barreira econômica à entrada das mulheres há que se citar as práticas discriminatórias e a segmentação no mercado de trabalho que resultam em um diferencial salarial por sexo não explicado pelas características produtivas. Tanto a discriminação quanto a segmentação implicam que o salário potencial das mulheres é mais baixo do que o de homens com características idênticas. Desse modo, ainda que as mulheres tivessem o mesmo nível de salário de reserva que os homens com características idênticas, sua participação no mercado de trabalho ainda seria menor pois seu salário potencial é menor.

Apesar de sua importância, não será avaliado neste estudo quanto seria o incremento da força de trabalho feminino por uma redução da discriminação salarial por sexo. Nosso foco está mais em determinar as principais características que afetam a entrada da mulher no mercado de trabalho, seu tipo de inserção e sua jornada de trabalho; dando especial relevância às características que afetam o nível de obrigações domésticas e, conseqüentemente, podem estar intensificando ou atenuando essa barreira cultural.

## **2.2 Antecedentes empíricos**

Sobre a análise empírica há que se destacar que enquanto os estudos empíricos sobre a oferta de trabalho masculino se ocupam essencialmente em discutir a elasticidade das horas trabalhadas pelos homens em relação ao salário, as análises empíricas sobre as mulheres ocupam-se não apenas com a elasticidade da oferta de trabalho feminino mas também com os determinantes de sua participação no mercado de trabalho. Sem dúvida, isto deve-se ao fato de que praticamente todos os homens

em idade economicamente ativa participam do mercado de trabalho e apenas uma parcela das mulheres o fazem.

Inicialmente, estudos de autores como Heckman apontavam para o consenso de que, apesar da grande variabilidade das medidas de elasticidade encontradas, a oferta de horas trabalhadas das mulheres seria mais sensível do que a dos homens às mudanças no salário. Contudo, Mroz (1987) reivindica que a grande variabilidade das medidas de elasticidades encontradas deve-se à variedade de métodos e dados utilizados, e utilizando uma mesma base de dados conclui que estimativas por método de mínimos quadrados e por tobit sobre-estimam o valor da elasticidade da oferta de trabalho. Dessa forma, Mroz (1987), entre outros estudos, defende que a sensibilidade da oferta de horas de trabalho de homens e mulheres teriam valores próximos. Essa questão da elasticidade é de fato uma questão empírica, e estudos mais recentes como Birch (2005), que analisa a oferta de trabalho australiana, concordam com Mroz ao destacar que os salários têm um papel maior na decisão da mulher de entrar no mercado de trabalho do que na decisão de quantas horas trabalhar.

Com relação aos estudos que buscam analisar os determinantes da decisão da mulher de entrar para o mercado de trabalho (análise estática) ou os determinantes de um aumento da participação feminina no mercado de trabalho (análise dinâmica), deve-se ressaltar a grande quantidade de evidências que implicam que uma redução da jornada de trabalho doméstico das mulheres tem efeitos positivos sobre a oferta de trabalho feminino. Esses resultados corroboram a existência de uma barreira cultural à entrada da mulher no mercado de trabalho. É possível separar essas evidências em três grandes grupos.

O primeiro seria composto por estudos que apresentam a substituição do trabalho doméstico da mulher cônjuge ou chefe pelo de outras mulheres no domicílio como um fator de incremento da participação feminina no mercado de trabalho. Um exemplo é Chan (2006) que analisa dados de Hong Kong e encontra evidências de que a substituição do trabalho doméstico da mulher cônjuge pelo da empregada doméstica aumenta a probabilidade de inserção da mulher cônjuge no mercado de trabalho. Já Wong e Levine (1992) verificam que, na área urbana do México, a presença de mulheres com mais de treze anos e sem emprego no domicílio afeta positiva e significativamente a oferta de trabalho de mulheres casadas com filhos até cinco anos. Também, Soares (2002) e Conelly e DeGraff (1996) encontram que, no Brasil, as



filhas mais velhas podem estar realizando as tarefas domésticas e “liberando” suas mães para o mercado de trabalho.

O segundo grupo de estudos ressalta o papel dos eletrodomésticos em reduzir as tarefas domésticas das mulheres, e, conseqüentemente, elevar a sua oferta de trabalho. Enquanto Greenwood, Seshadri e Yorukoglu (2005) mostram que a adoção de eletrodomésticos pelas famílias dos EUA contribuiu para o incremento da oferta de trabalho feminina no último século, Cavalcanti e Tavares (2004) analisam dados de países da OCDE para evidenciar uma relação de causalidade entre a queda do preço de eletrodomésticos e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

O terceiro grupo de estudos é o mais numeroso e compreende aqueles que relacionam o aumento da oferta de creches a uma maior oferta de trabalho das mulheres, como Heckman (1974) e Anderson e Levine (1999) para os EUA; Del Boca e Sauer (2006) para a França, Itália e Espanha; Baker, Gruber e Milligan (2005) para Quebec no Canadá; Peña-Parga e Glassman (2004) para a Colômbia.

Conelly e DeGraff (1996) e Heckman (1974) ainda ressaltam os diferentes tipos de arranjos que podem existir para o cuidado de crianças, como formais (creches, pré-escola) ou informais (criança é cuidada por alguma pessoa amiga ou familiar), mas, devido à dificuldade de dados, a maioria dos estudos restringe-se à análise de arranjos formais como creche e pré-escola. Todavia, Conelly e DeGraff (1996) analisa a demanda por diferentes tipos e combinações de arranjos de cuidados de criança para o Brasil tendo em vista a decisão da mulher sobre ser economicamente ativa. Este estudo encontra que a demanda por arranjos de tempo parcial, como a escola, estão mais relacionados a decisões sobre a educação da criança; enquanto, a demanda por arranjos de tempo integral estão mais associados à opção de ofertar trabalho da mãe.

Como o presente estudo restringe-se a uma análise empírica do Brasil, é dada especial atenção aos estudos que se dedicaram à oferta de trabalho da mulher brasileira. Há estudos empíricos tanto sobre as características determinantes da decisão da entrada da mulher no mercado de trabalho (análise estática) quanto sobre os fatores determinantes da elevação da taxa de participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas (análise dinâmica).

Além de Soares (2002) e Conelly e DeGraff (1996) já citados, entre os estudos que analisaram os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro cabe destacar Sedlacek e Santos (1991) e Scorzafave e Menezes-Filho (2001). Ambos utilizaram a forma funcional de um probit e encontraram resultados semelhantes, apesar do primeiro considerar apenas as mulheres cônjuges e o segundo, todas. As mulheres têm maior propensão a trabalhar quanto maior seu nível de escolaridade, quanto menor a quantidade de filhos, quanto maior a idade dos filhos e quanto menor for a renda do marido (no caso de Scorzafave e Menezes-Filho, 2001, esta variável é a renda domiciliar per capita líquida da renda laboral da mulher).

Cabe ressaltar que também Soares(2002) e Conelly e DeGraff (1996) utilizam probit para estudar a participação feminina no mercado brasileiro e encontram resultados consistentes aos anteriores. Conelly e DeGraff (1996) diferencia-se por avaliar a demanda por tipos de cuidado de crianças em função da decisão da mulher de entrar para o mercado de trabalho. O resultado obtido foi que mulheres que trabalham demandam opções de cuidados para seus filhos que sejam em tempo integral (e não parcial).

Também merece menção o estudo de Pazello e Fernandes (2004) que aproveitando a ocorrência de filhos natimortos e técnicas de emparelhamento para comparar mulheres com e sem filhos, e observa um impacto negativo da maternidade tanto sobre a participação no mercado de trabalho quanto sobre a jornada de trabalho.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nas últimas décadas também foi objeto de diversos estudos. Barros, Jatobá e Mendonça (1995), Leme e Wajnman (1999), Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e Soares e Izaki (2002) são exemplos de artigos que investigam as causas deste fenômeno através de diferentes técnicas, e em comum entre eles há apenas o fato de que todos ressaltam o importante papel que a educação feminina teve neste processo. Leme e Wajnman (1999) buscaram separar os efeitos de período, coorte e ciclo de vida, e encontraram que tanto a queda da fecundidade como o crescimento da escolaridade das mulheres, tidas como variáveis de coorte, foram fundamentais para o incremento da participação feminina. Já Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e Soares e Izaki (2002) apresentaram a expansão educacional feminina e a elevação da participação entre as mulheres cônjuges como importantes impulsionadores da maior inserção feminina na força de trabalho.

Soares e Izaki (2002) ainda notam que a velocidade da elevação da taxa de participação feminina entre as sucessivas coortes vem se reduzindo, e se continuar assim deverá haver uma estabilização desta. O mesmo fenômeno é ressaltado por Leme e Wajnman (1999), que apresentam como causas o fato de não haver mais muito espaço para a queda da fecundidade e o fato de ter ocorrido um esfriamento na expansão educacional apesar do nível médio de escolaridade ainda estar longe do ideal (nível médio completo).

Outra importante linha de pesquisa sobre o aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro é aquela que visa investigar seus efeitos sobre a distribuição de renda. Sobre este tema, podemos citar dois estudos Scorzafave (2004) e Hoffman e Leone (2004), que utilizam técnicas diferentes, mas que obtêm resultados semelhantes. Encontra-se que a maior entrada das mulheres para o mercado de trabalho brasileiro nos anos 80 e 90 contribuiu para o incremento da desigualdade de renda. Também cabe mencionar o estudo de Barros e Mendonça (1989) que avalia a contribuição dos rendimentos das mulheres para a distribuição de renda entre famílias e encontra que este é insignificante. Na verdade, a elevada concentração da distribuição dos rendimentos entre as mulheres atua no sentido de elevar a desigualdade e a imperfeita associação entre os rendimentos das mulheres e os de seus cônjuges tem o efeito de reduzir a desigualdade, dessa forma esses efeitos se anulam.

Ainda na literatura sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro é importante destacar a discussão sobre a sua relação com a pobreza. Embora Sedlacek e Santos (1991) e Scorzafave e Menezes-Filho (2001) apontam que mulheres cujos maridos têm baixa renda (ou cujas famílias têm baixa renda domiciliar per capita líquida da renda laboral da mulher) têm maior propensão a trabalhar, deve-se ressaltar que este fato não implica que as mulheres de famílias mais pobres tendem a participar mais do mercado de trabalho. Esta aparente contradição explica-se pelo fato de que a análise da pobreza leva em conta a renda domiciliar per capita que contabiliza o rendimento de todos os membros do domicílio, inclusive os das mulheres que trabalham; dessa forma, os rendimentos das mulheres que têm maridos com rendas mais baixas contribuem para que seu domicílio não esteja entre os mais pobres. Dessa forma, como observam Ramos e Soares (1994), os domicílios mais pobres apresentam menores (e não maiores) taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho. Os autores avaliam que nestes domicílios as mulheres

apresentam uma média de escolaridade mais baixa além de terem mais filhos, o que deve justificar sua alta taxa de inatividade econômica.

Para finalizar a revisão sobre os estudos de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, cumpre mencionar a relevância de estudos que visam analisar a forma pela qual vem ocorrendo a inserção da mulher no mercado de trabalho. Neste sentido, cita-se Gonçalves, Perez e Wajnman (2004), que enfatizam que a entrada da mulher no mercado de trabalho, nas regiões SE e NE, ocorreu principalmente através da informalidade, considerada nas categorias de informal autônomo (trabalhadora por conta própria) e de informal precário (trabalhadora sem carteira assinada, inclusive doméstica, e trabalhadora sem remuneração).

Tendo em vista os trabalhos empíricos sobre a oferta de trabalho da mulher no Brasil, delimita-se agora as contribuições do presente estudo para esta literatura. O presente estudo tem como objetivo não só corroborar as evidências já encontradas de que educação, filhos e renda não laboral são importantes determinantes da oferta de trabalho feminina, mas também comparar os determinantes entre homens e mulheres para investigar o porquê de homens e mulheres apresentarem taxas de participação tão distintas. Além disso, busca-se também investigar em que medida uma ampliação da oferta de creche resultaria em uma ampliação da oferta de trabalho das mulheres. Este resultado diferencia-se do obtido por Conelly e DeGraff (1996) na medida em que enquanto Conelly e DeGraff (1996) analisam como a participação da mulher afeta a demanda por creche aqui a preocupação é como a oferta de creches afeta a participação da mulher. Pois não só a participação da mulher incrementa a demanda por creche mas também uma elevação da oferta de creches pode resultar em um aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Dessa forma, a impossibilidade de acesso à creche implicaria uma barreira à entrada da mulher no mercado de trabalho.

O segundo objetivo deste trabalho é avaliar em que medida os determinantes da oferta de trabalho das mulheres podem ser diferentes de acordo com os níveis de renda domiciliar *per capita*, e, dessa forma, investigar a razão das mulheres mais pobres terem menores taxas de participação.

O terceiro e o quarto objetivos estão relacionados pois referem-se a uma tentativa de verificar se certas características do emprego podem contribuir para a

decisão da mulher de não ser inativa economicamente. Nesse sentido, verifica-se se os determinantes da entrada da mulher podem atuar de forma diferente dependendo do tipo de ocupação no mercado de trabalho (formal, sem carteira, conta própria e empregada doméstica) ou da duração da jornada de trabalho. Essa análise permite compreender a razão pela qual as mulheres têm entrado para o mercado de trabalho através de empregos informais e de curta duração.

Na verdade a razão deste trabalho é apontar caminhos para que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho não se reduza como tem sido observado, pois a participação feminina no mercado de trabalho ainda é bastante inferior a dos homens e ainda há barreiras atuando sobre a decisão da mulher de ser economicamente ativa.

### **2.3 Fatos estilizados**

Antes de entrar na análise dos determinantes, é importante reproduzir e discutir alguns fatos já consolidados na literatura sobre a participação feminina e sua evolução. Esta análise se restringirá a um período mais recente da participação das mulheres, de 1992 a 2005<sup>6</sup>, através da utilização dos microdados da PNAD.

Iniciamos com a apresentação do comportamento das taxas de participação de homens e mulheres de áreas urbanas e entre 20 e 59 anos de idade, para o período compreendido entre 1992 e 2005. O Gráfico 1 confirma a tendência à convergência entre as taxas de participação de homens e mulheres, fato que é devido principalmente à elevação da entrada das mulheres para o mercado de trabalho. Em 1992, 52,73% das mulheres chefes ou cônjuges eram economicamente ativas, e, em 2005, este percentual era 65,21%. Já o diferencial entre as taxas de participação de homens e mulheres, chefes ou cônjuges, era 41,59 pontos percentuais em 1992 e 27,85 pontos percentuais em 2005.

O Gráfico 1 ainda apresenta as taxas de participação de homens e mulheres que estão na posição de filhos no domicílio. Observa-se que há também uma redução do diferencial de participação entre homens e mulheres nesta posição, todavia cumpre destacar que o diferencial de participação é menor tanto porque a taxa de participação

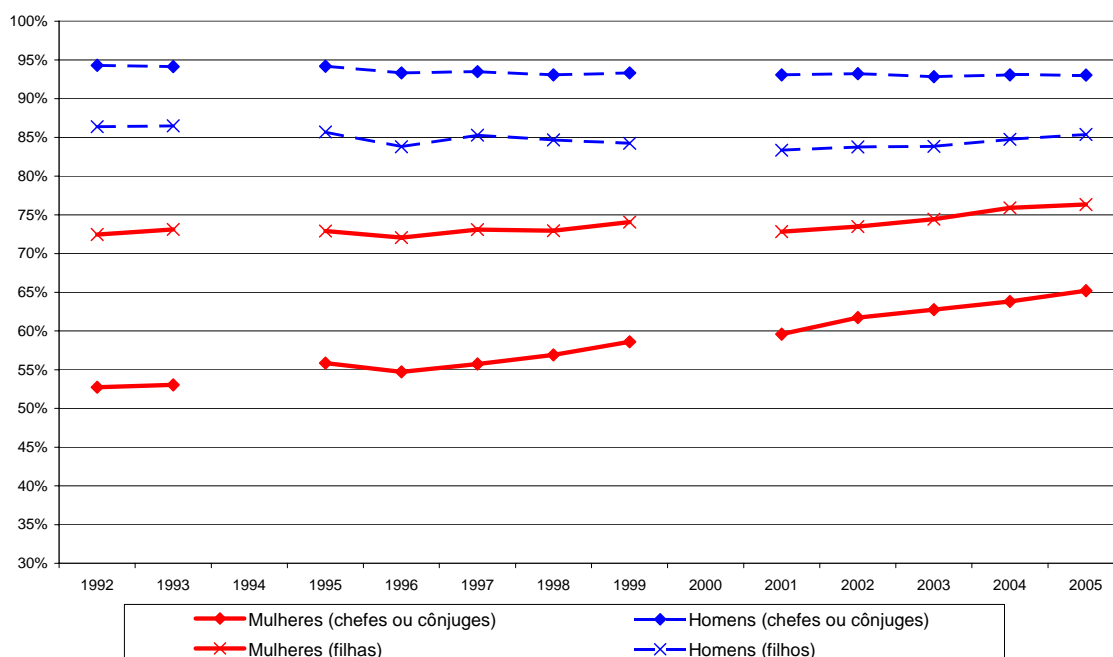
---

<sup>6</sup> Para análise de décadas anteriores, deve-se considerar Leme e Wajnman (1999) e Soares e Izaki (2002).

masculina é menor quanto porque a taxa de participação feminina é maior. Diversas diferenças existem entre o grupo de mulheres chefes ou cônjuges e o grupo de mulheres filhas que contribuem para os diferentes regimes de participação observados para estes grupos. Um exemplo são as diferenças na estrutura etária, já que o grupo de filhas é composto por mulheres mais jovens. Todavia, cabe ressaltar como uma importante diferença entre as mulheres que estão na posição de filhas em relação às que são chefes ou cônjuges o fato de que as primeiras não ocupam uma posição no domicílio de responsabilidade pelas atividades domésticas. Como consequência desta diferença nas atribuições domésticas, os diferenciais de participação e também os diferenciais de salário entre mulheres e homens apresentam padrões díspares em função da posição no domicílio. Estes fenômenos já se encontram documentados na literatura em estudos como Montali e Lopes (2002) *apud* Melo (2006), Gomes e Wajnman(2005), Machado, Oliveira e Wajnman (2005).

Tendo em vista que um dos objetivos do presente trabalho é avaliar o papel das tarefas domésticas como determinantes da participação feminina no mercado de trabalho, restringe-se a análise aqui às mulheres chefes ou cônjuges já que estas são as responsáveis pela realização do trabalho doméstico, e apresentam padrões e determinantes de participação diferenciados das mulheres que ocupam outra posição no domicílio.

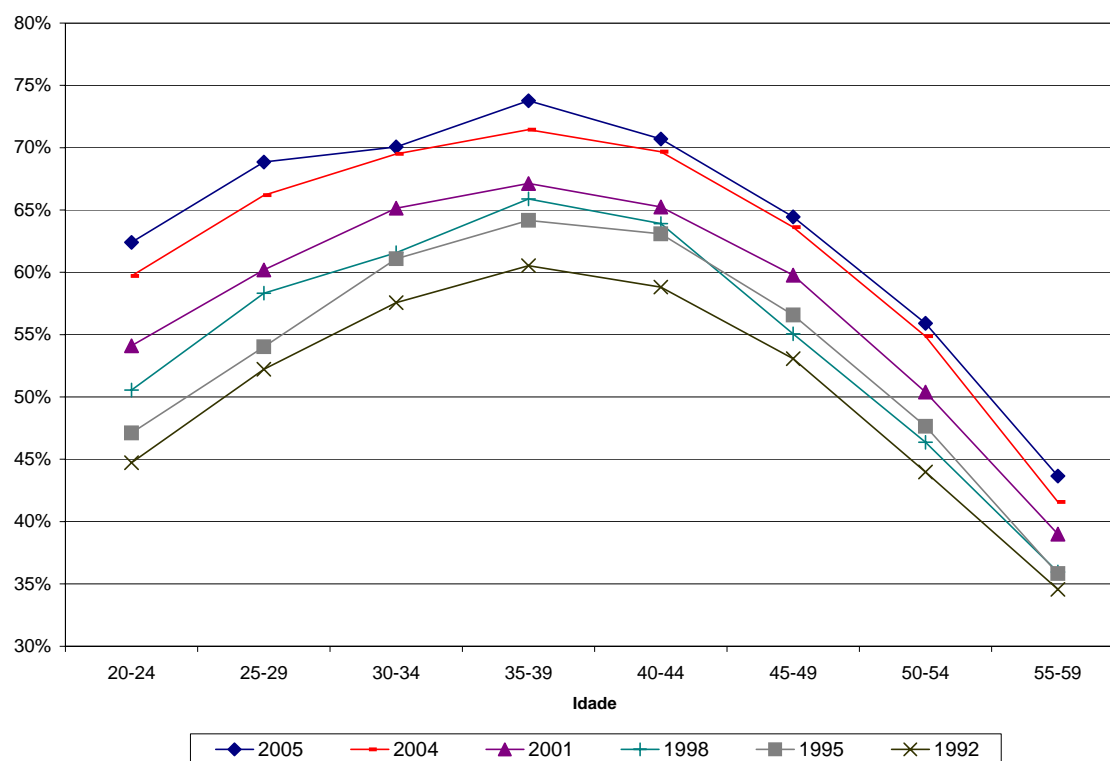
**Gráfico 1: Evolução da taxa de participação (%) de homens e mulheres, segundo posição no domicílio, 1992-2005.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992 a 2005.

Outra importante forma de avaliar o comportamento da participação ao longo dos anos é através da análise da taxa de participação de acordo com a idade para cada ano. O Gráfico 2 possibilita esta análise para a última década. Percebe-se que, a cada ano considerado, de modo geral, a curva da participação por idade se torna mais elevada, mas mantém o perfil etário de participação. Pois já em 1992 a faixa etária com a maior taxa de participação era a de 35-39 anos, e assim se mantém até 2005. Em outros estudos, como Hoffmann e Leone (2004), Leme e Wajnman (1999) e Soares e Izaki (2002), que analisam um período de tempo maior, é possível notar não apenas que a idade de maior participação se eleva, mas também uma maior permanência da alta participação entre as mulheres mais velhas.

**Gráfico 2: Evolução da taxa de participação das mulheres por idade, 1992-2005**

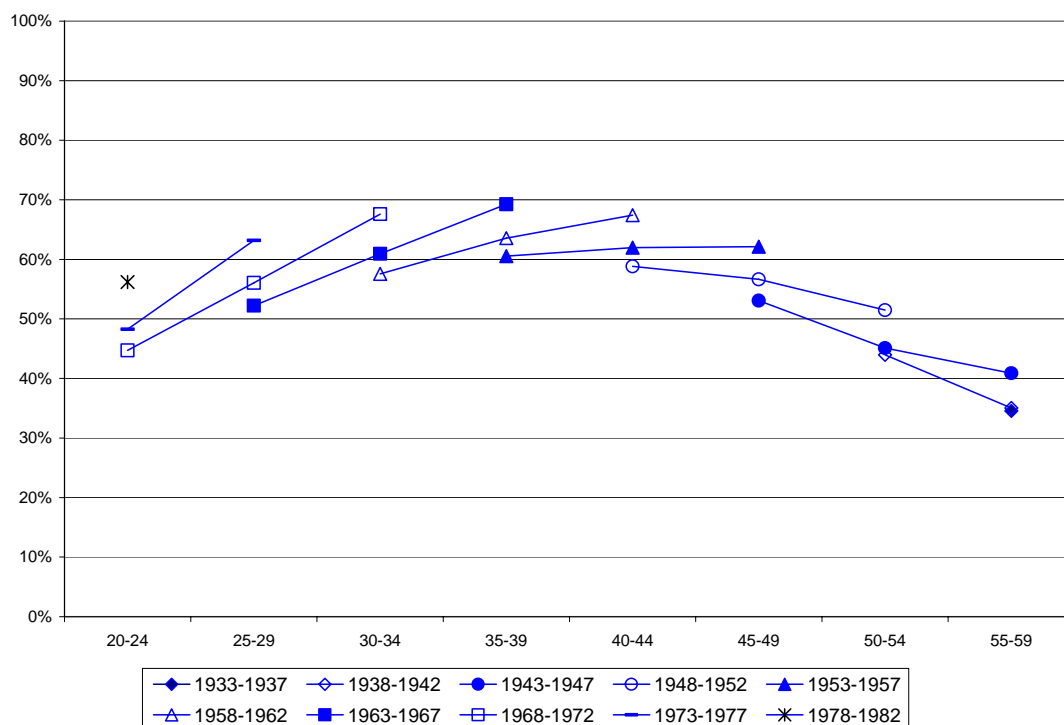


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992, 1995, 1998, 2001, 2004 e 2005.

O Gráfico 3 também é bastante importante para esta análise, pois apresenta as taxas de participação por idade para cada coorte. Dado o curto espaço de observações considerado não observamos, como Soares e Izaki (2002), uma redução da velocidade de incremento da participação entre as coortes. Nota-se, primordialmente, que, nesta última década, as coortes mais jovens ainda apresentam participação mais elevada do que as coortes mais velhas, especialmente para as idades menores (entre 20 e 40 anos).



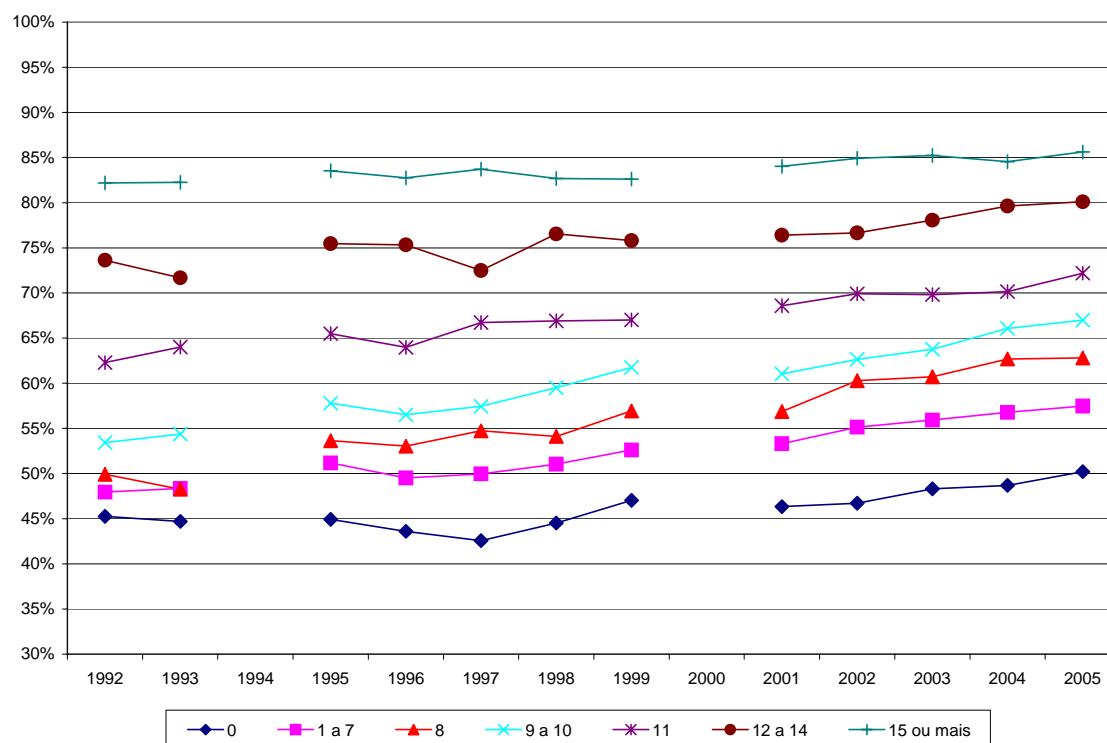
**Gráfico 3: Evolução da taxa de participação das mulheres por coortes**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992, 1997 e 2002.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da taxa de participação das mulheres tendo em vista sua escolaridade. Esta análise é relevante tendo em vista o importante papel da educação na decisão da mulher de ser economicamente ativa. De fato observa-se que as mulheres com maior escolaridade apresentam uma maior taxa de participação no mercado de trabalho e que houve uma tendência à manutenção desse diferencial de participação entre as mulheres com diferentes anos de estudo ao longo de 1992 e 2005. Assim, pode-se afirmar que houve uma tendência de elevação da entrada da mulher no mercado de trabalho independente de seu nível educacional, mas sem alterar o diferencial de participação entre os grupos de distintos níveis educacionais.

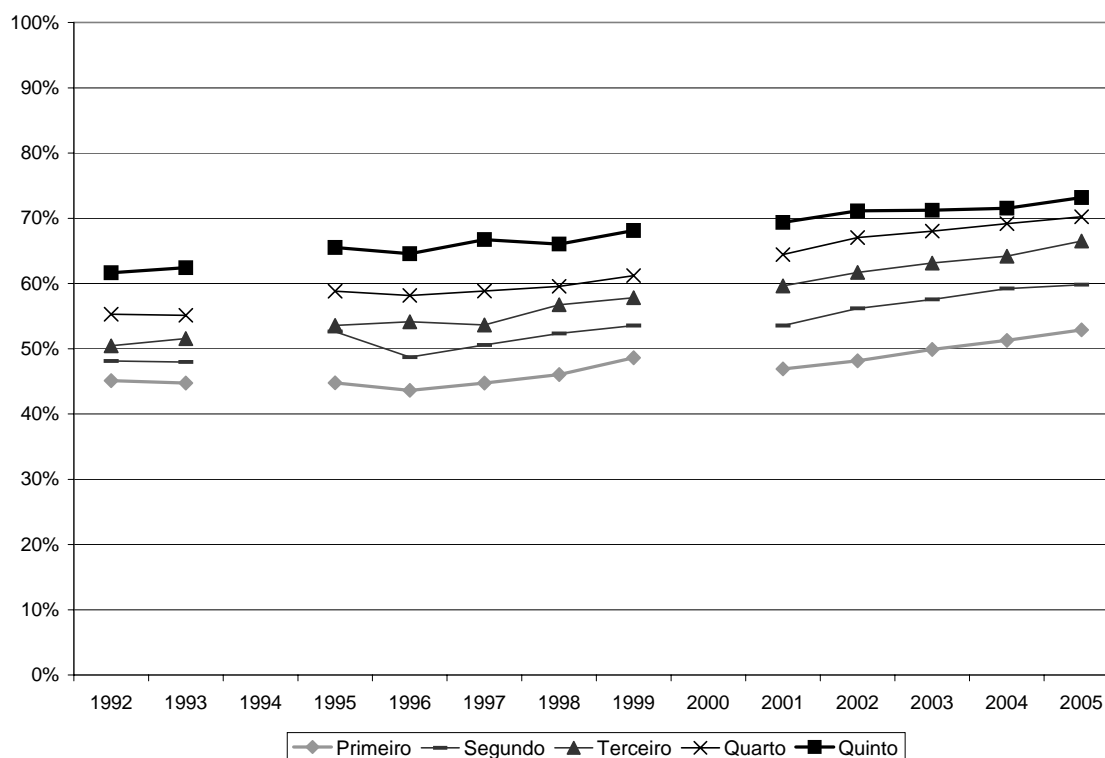
**Gráfico 4: Evolução da taxa de participação da mulher de acordo com anos de estudo, 1992-2005**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992 a 2005.

Neste estudo está presente a discussão dos determinantes de uma menor participação no mercado de trabalho das mulheres mais pobres. Desse modo, é interessante avaliar como a participação das mulheres evoluiu no período considerado segundo o nível de renda. O Gráfico 4 apresenta a evolução das taxas de participação das mulheres separadas por quintos da distribuição da renda domiciliar per capita. Observa-se que, apesar de ocorrer uma elevação da participação das mulheres em todos os quintos de renda, é mantido o diferencial de participação entre os quintos de renda. Ou seja, entre as mulheres que pertencem ao quinto mais pobre, 45,13% eram economicamente ativas em 1992 e 52,91% em 2005. Contudo, a diferença entre a participação das mulheres do quinto mais pobre e a do quinto mais rico era 16,50% em 1992 e se tornou 20,27% em 2005. Esta análise torna compreensível os resultados obtidos por Hoffmann e Leone (2004) e Scorzafave(2004) de que o aumento da participação feminina contribuiu para elevar a desigualdade de renda e evidencia a relevância de se elevar especialmente a participação das mulheres mais pobres.

**Gráfico 5: Evolução da taxa de participação das mulheres por quintos da distribuição de renda, 1992-2005**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992 a 2005.

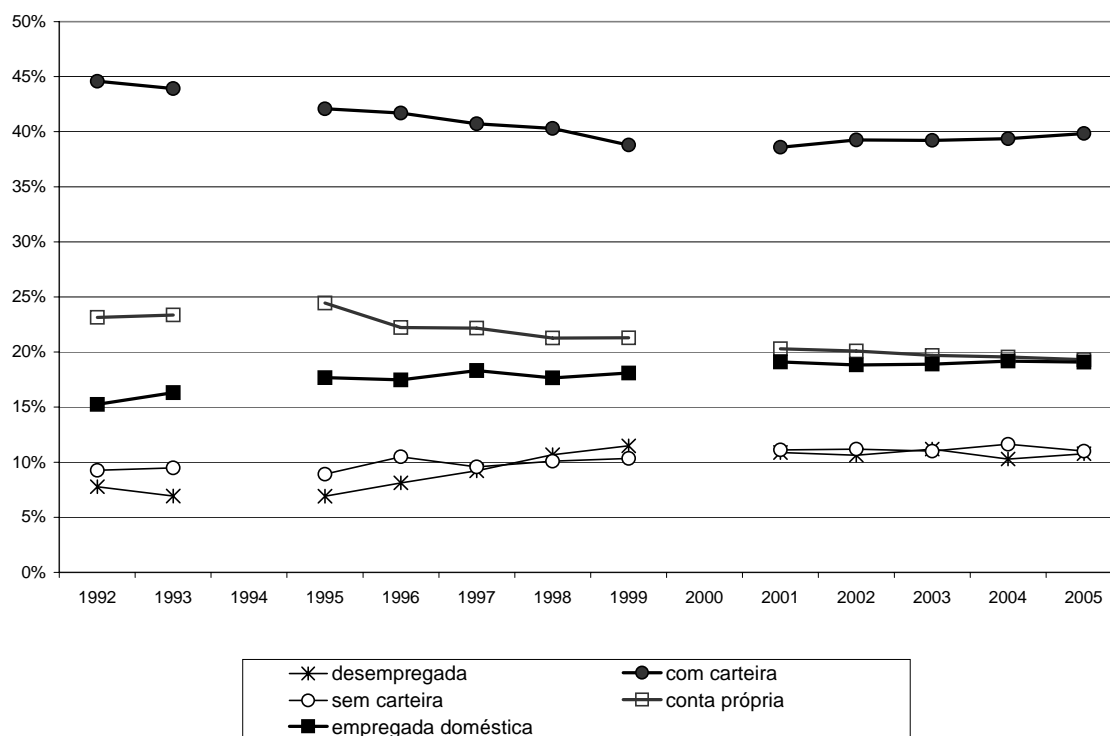
Além da análise da entrada da mulher no mercado de trabalho, este estudo também se preocupa com a forma de inserção da mulher no mercado de trabalho. Assim, avaliamos como as mulheres economicamente ativas vêm se distribuindo entre os tipos de condição e de posição (desempregada, com carteira, sem carteira, empregada doméstica e conta própria)<sup>7</sup> e as jornadas de trabalho semanal (0-20, 20-30, 30-40, e mais que 40 horas semanais).

O Gráfico 5 apresenta as proporções de mulheres economicamente ativas em cada uma das categorias consideradas. As principais tendências evidenciadas pelo gráfico são a queda da proporção das trabalhadoras “com carteira” (com uma suave recuperação nos últimos anos) e das trabalhadoras “conta própria”, e a elevação da proporção das trabalhadoras desempregadas, domésticas, e, de certa forma, das “sem carteira”. Ou seja, ao longo da última década, foi intensificada a absorção da mulher

<sup>7</sup> Consideramos apenas essas categorias pois são estas que estarão presentes na análise dos determinantes no próximo capítulo.

pele mercado de trabalho nas categorias de desempregada, empregada doméstica e trabalhadora “sem carteira” em detrimento das categorias de trabalhadora “com carteira” e “conta própria”.

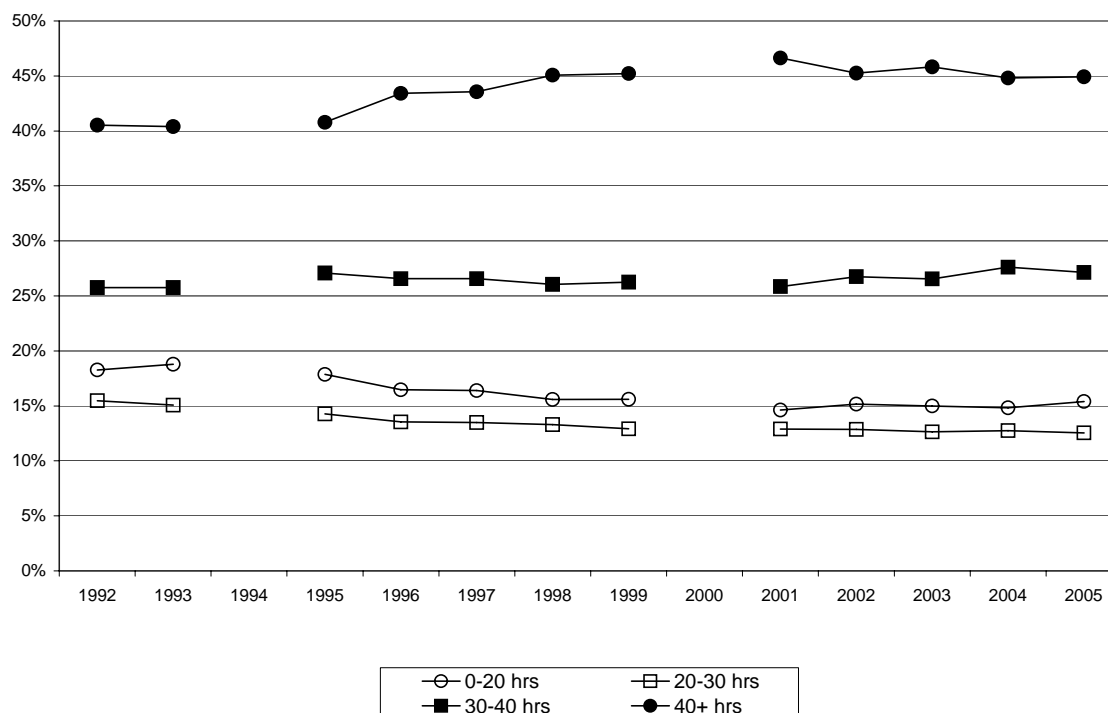
**Gráfico 6: Evolução do tipo de ocupação da mulher no mercado de trabalho, 1992-2005**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992 a 2005.

Já em relação às jornadas semanais, o Gráfico 6 apresenta as proporções de mulheres economicamente ativas em cada jornada de trabalho ao longo da última década. É possível perceber certa elevação da proporção de trabalhadoras com jornadas maiores, especialmente, no final dos anos 90, daquelas com mais de 40 horas semanais. Porém, é importante ressaltar a significativa proporção de trabalhadoras com jornadas semanais entre 0 e 20 horas semanais ou entre 20 e 30 horas semanais. Assim, embora tenha ocorrido uma elevação da jornada semanal da mulher no período analisado, ainda são bastante relevantes as jornadas de meio período para as mulheres que participam do mercado de trabalho.

**Gráfico 7: Evolução do tipo de jornada de trabalho semanal da mulher, 1992-2005**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1992 a 2005.

## 2.4 Os determinantes: hipóteses deste estudo

Nesta seção, discutem-se as características individuais e domiciliares que serão consideradas como prováveis determinantes da oferta de trabalho tendo em vista tanto o modelo teórico apresentado anteriormente quanto a questão sobre as obrigações domésticas como uma barreira à decisão das mulheres.

Assim, como determinantes da oferta de trabalho consideramos variáveis de educação, idade, estado conjugal, renda não-laboral do indivíduo (renda domiciliar excluindo a renda oriunda do trabalho da pessoa dividida pelo número de pessoas do domicílio), presença de filha ou parente mulher no domicílio que seja inativa e esteja entre 15 e 69 anos de idade, presença de idosos (pessoas com mais de 70 anos), presença de filhos entre 0 e 15 anos no domicílio, e possibilidade de filhos entre 0 e 3 anos de frequentar creche, além de controlar por variáveis regionais e de cor.

Espera-se que o nível educacional da mulher tenha um efeito positivo e significativo sobre a oferta de trabalho das mulheres, pois esta variável afeta

fundamentalmente o nível salarial. O salário potencial deve se elevar, o que deveria resultar em um aumento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho. Esperamos que este efeito seja não só significativo estatisticamente mas também de magnitude considerável sobre a força de trabalho das mulheres, tendo em vista nossa hipótese de que elas possuem elevados salário de reserva em função de suas obrigações domésticas.

Uma variável que deve afetar da mesma forma homens e mulheres é a idade devido ao ciclo de vida comum aos dois. Assim, espera-se uma relação em forma de U invertido entre a idade e as variáveis de oferta de trabalho (taxa de participação e quantidade de horas trabalhadas). Esta relação refletiria uma relação inicialmente crescente entre idade e oferta de trabalho até determinado momento, a partir do qual a relação se tornaria decrescente. Espera-se que os efeitos da idade sejam significativos tanto para os homens quanto para as mulheres.

O estado conjugal deve afetar também a decisão de entrar para o mercado de trabalho. As mulheres que não são casadas contam com um provedor de renda a menos no domicílio, e, por isso, têm um incentivo mais forte a entrar para o mercado de trabalho. Assim, espera-se uma relação negativa entre o estado de casada e a participação no mercado de trabalho.

A renda não-laboral do indivíduo é uma variável definida como a renda total do domicílio do indivíduo excluindo a renda oriunda de trabalho do indivíduo, e dividida pelo número de pessoas do domicílio. Esta variável pode ter uma relação negativa com a oferta de trabalho da mulher na medida em que quanto menor for o seu valor, maior será a necessidade da mulher trabalhar e menores serão seus salário de reserva, o que implicará uma maior oferta de trabalho. Porém, esta relação também pode ser positiva, pois uma renda não-laboral do indivíduo elevada significa também um maior acesso a creches ou uma maior possibilidade de contratar empregados domésticos, o que permitiria reduzir o nível de obrigações domésticas, possibilitando uma maior oferta de trabalho feminino. Ou seja, a priori não se pode esperar um sinal positivo nem negativo para esta variável uma vez que sua relação com a oferta de trabalho feminino é ambígua.

Para considerar o efeito da presença de outras mulheres no domicílio que possam substituir o papel da mulher chefe ou cônjuge em relação às tarefas

domésticas são incluídas variáveis para a presença de filhas ou outra mulher parente que sejam inativas e tenham entre 15 e 69 anos de idade. A presença dessas mulheres no domicílio implicaria uma redução das obrigações domésticas da mulher chefe ou cônjuge, com uma provável redução de seu salário de reserva e uma maior oferta de trabalho. Consideramos ainda a presença de pessoas com mais de 70 anos no domicílio, pois os idosos podem representar uma elevação das responsabilidades domésticas e implicar uma redução da oferta de trabalho da mulher chefe ou cônjuge.

Tendo em vista a discussão sobre as responsabilidades domésticas das mulheres, considera-se que um dos principais determinantes do volume de obrigações domésticas da mulher é a presença de filhos no domicílio, e utiliza-se variáveis de filhos como proxy para as atividades domésticas. Espera-se, então, uma corroboração da relação negativa entre a presença de filhos e a oferta de trabalho feminino, especialmente para os filhos menores. Busca-se também verificar uma relação positiva entre filhas mais velhas e a entrada das mulheres no mercado de trabalho uma vez que estas meninas poderiam estar substituindo suas mães nas responsabilidades domésticas.

Se houver uma alternativa para o cuidado dos filhos, como a creche, há uma diminuição da carga de trabalho doméstico sobre a mulher, e, conseqüentemente, poderá ocorrer um aumento da oferta de trabalho feminino. Não temos informações sobre os diversos tipos de arranjos disponíveis (formais e informais), apenas sabemos quais crianças entre 0 e 3 anos frequentam creche, então utilizaremos esta informação para avaliar o efeito da oferta de creche sobre a oferta de trabalho da mãe. Não utilizaremos as informações sobre a frequência de crianças de 4 anos ou mais à pré-escola, por avaliar que esta ao ser de tempo parcial não contribui efetivamente para a mãe que está trabalhando, conforme observado por Conelly e DeGraff (1996).

Cabe ressaltar ainda a consideração de variáveis de controle por região e de cor. Com estas variáveis espera-se capturar as diferentes características que o mercado de trabalho apresenta regionalmente além dos diferentes incentivos segundo a cor (já que há discriminação racial no mercado de trabalho)<sup>8</sup>.

Com relação à comparação entre os determinantes da oferta de trabalho de mulheres e a de homens, espera-se que estas mesmas variáveis podem afetar também

---

<sup>8</sup> Sobre diferenças regionais e discriminação racial ver, respectivamente, Servo (1999) e Soares (2000).

a oferta de trabalho dos homens. Contudo, o que esperamos verificar é que ainda que os efeitos destas variáveis sejam significativos, sua magnitude deve ser bem menor em comparação às mulheres. Isto deve ocorrer porque os homens tendem a participar do mercado de trabalho independentemente de suas características, pois seus salários de reserva são bem inferiores aos das mulheres com características idênticas (pois estas têm o ônus dos afazeres domésticos), implicando que a oferta de trabalho deles será elevada sem depender muito de outras variáveis.

Também será averiguado se estas variáveis determinantes da oferta de trabalho feminina apresentam o mesmo comportamento independentemente do nível de renda domiciliar *per capita*. Nossa hipótese é de que a oferta de trabalho das mulheres mais pobres seria mais sensível às características observadas já que estas mulheres enfrentam maiores adversidades e tenderiam a ter um salário de reserva ainda mais elevado. Essa maior sensibilidade da oferta de trabalho aliada às características mais adversas (menor escolaridade e maior quantidade de filhos) explicariam a menor participação dessas mulheres no mercado de trabalho.

Outra hipótese a ser avaliada é a de que diferentes características do emprego podem contribuir para a decisão da entrada da mulher no mercado de trabalho. Nesse sentido verifica-se se os determinantes da decisão da mulher em ser economicamente ativa atuam de forma diferenciada de acordo com o tipo de ocupação (formal, sem carteira, conta própria e empregada doméstica) e com a jornada de trabalho. Espera-se que os determinantes que afetam negativamente a oferta de trabalho da mulher tenham seus efeitos atenuados ao se tratar de ocupações mais flexíveis, como conta própria ou com uma menor jornada de trabalho.



## **CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA**

### **3.1 Dados e variáveis**

Os dados analisados foram retirados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2005. A análise neste estudo estará concentrada em mulheres de áreas urbanas, com idade entre 20 e 59 anos, e que sejam chefes ou cônjuges de domicílios.

A restrição às áreas urbanas é necessária para compreendermos melhor o que está acontecendo no mercado de trabalho, pois nas áreas rurais é comum o trabalho familiar de forma que a família receba um só salário como um todo, sendo muitas vezes difícil distinguir o trabalho doméstico do trabalho realizado para o mercado e definir quem é economicamente ativo.

A escolha dos valores limítrofes da faixa etária tem inspiração semelhante, pois se opta por um grupo mais homogêneo ao excluir o trabalho de adolescentes/jovens procurando seu primeiro emprego e o de mulheres desejando se aposentar.

Da mesma forma a análise limita-se às mulheres chefes ou cônjuges de domicílios por esses tipos de mulheres terem maiores responsabilidades domésticas em comparação a mulheres que ocupam outras posições domiciliares. As restrições impostas ao universo de mulheres são também impostas ao grupo de homens para efeitos de comparação.

Para a análise empírica serão utilizadas três variáveis dependentes qualitativas. No modelo para estudar a probabilidade de participação no mercado de trabalho, a variável dependente é uma variável binária, que assumirá o valor um se o indivíduo for economicamente ativo e o valor zero se ele for inativo. Os indivíduos ocupados e os desocupados constituem o grupo dos economicamente ativos. Como ocupados são considerados aqueles que trabalham pelo menos uma hora em alguma atividade remunerada, ou que estão empregados mas não trabalharam por motivos específicos como quaisquer tipos de licença (por exemplo, licença maternidade), férias,... Como desocupados, aqueles que tomaram providências para buscar emprego.

Para a análise do tipo de inserção no mercado de trabalho considera-se uma variável com seis categorias (0,1,2,3,4,5), inativo, desempregado, formal (com

carteira e funcionário público), sem carteira, conta própria e trabalhador doméstico. Dessa forma, são excluídos da análise empregadores, militares, e não remunerados.

Também para estudar a duração da jornada de trabalho, construiu-se uma variável com cinco categorias (0,1,2,3,4) divididas entre aquelas que trabalham zero horas (inativas), entre zero e vinte horas, entre vinte e trinta horas, entre trinta e quarenta horas, e mais que quarenta horas semanais.

Como variáveis independentes são consideradas as características individuais e domiciliares que consideramos afetar a decisão de se dedicar ao mercado de trabalho, conforme explicitado em modelo teórico do capítulo anterior. Portanto, são considerados o nível educacional do indivíduo, sua idade, seu estado conjugal (casado), a renda não-laboral do indivíduo, a presença de filhas ou mulheres parentes inativas e entre 15 e 59 anos de idade, a presença de idosos (mais de 70 anos), a presença de filhos separados em grupos etários, além da oferta de creche. Além dessas, são usadas também variáveis de controle por regiões e para brancos/não brancos.

Com relação ao nível educacional, utilizaremos variáveis binárias para sete níveis educacionais: nenhum ano de educação formal, nível fundamental incompleto (1 a 7 anos de estudo), nível fundamental completo (8 anos de estudo), nível médio incompleto (9 ou 10 anos de estudo), nível médio completo (11 anos de estudo), nível universitário incompleto (12 a 14 anos de estudo) e nível universitário completo (15 ou mais anos de estudo). A variável omitida será nenhum ano de educação formal, logo as comparações serão feitas em relação a ela.

Além da variável idade, será incluído um termo quadrático da variável idade, que permita captar o efeito de U invertido da idade sobre a oferta de trabalho de mulheres e homens.

Já para compreender o efeito da renda não-laboral sobre a oferta de trabalho das mulheres, repartimos a distribuição da variável renda não-laboral das mulheres urbanas, entre 20 e 59 anos, chefes ou cônjuge, em quintos e criamos variáveis dicotômicas para cada quinto. A variável omitida é o último quinto, que será a base para comparação. Foi realizado um procedimento idêntico para os homens.

As variáveis utilizadas para filhos são binárias que representam a presença ou não de filhos de determinadas faixas etárias no domicílio. Foram consideradas quatro

faixas etárias para os filhos: entre 0 e 3 anos, entre 3 e 6 anos, entre 6 e 10 anos, e entre 10 e 15 anos. Pois quanto menor a idade da criança, mais atenção ela necessita. Além disso, para as duas últimas faixas etárias separamos os filhos entre os do sexo feminino e os do sexo masculino, já que as meninas desde cedo costumam contribuir com as tarefas domésticas, e assim buscamos capturar um efeito negativo menor (ou até positivo) destas meninas sobre a oferta de trabalho de suas mães.

Para a análise sobre a oferta de creches, foram consideradas duas variáveis. A primeira representa a proporção de filhos entre 0 e 3 anos no domicílio que frequentam creche. Esta variável assume valor zero se nenhuma criança frequentar a creche e um se todas as crianças frequentarem a creche. Com esta nova variável foram feitas novas regressões, mas apenas para as mulheres com filhos entre 0 e 3 anos<sup>9</sup>. Como há uma grande chance desta variável ser endógena já que a mãe deve tomar conjuntamente a decisão de entrar para o mercado de trabalho e a de colocar seu filho em creche, considerou-se também outra variável para tentar captar o efeito da creche. Através do setor censitário da PNAD, caracterizamos a “vizinhança”<sup>10</sup> onde há pelo menos uma criança de 0 a 3 anos estudando como uma “vizinhança” onde há oferta de creches, e assim cria-se uma variável binária que indica se a mulher tem oferta de creche em sua vizinhança.

As variáveis que representam o estado conjugal (casado), as regiões, a cor (branco), a presença de filhas ou mulheres parentes inativas entre 15 e 69 anos de idade, e a presença de idosos (mais de 70 anos), foram incluídas no modelo através de variáveis dicotômicas.

### 3.2 Modelos econométricos

Tendo em vista que as três variáveis dependentes consideradas neste estudo são variáveis qualitativas serão utilizados modelos econométricos próprios para o estudo de variáveis deste tipo. Para a análise da variável dependente binária, participação no mercado de trabalho, será considerado o modelo *probit* e para a

---

<sup>9</sup> Esta restrição de realizar regressões apenas para mulheres com filhos entre 0 e 3 anos deve-se ao fato de que optamos por não imputar um valor para a variável criada para as mulheres que não têm filhos nesta faixa etária. A opção pelo valor zero seria o mesmo que equipará-las a mulheres cujos filhos não frequentam creche, e a opção pelo valor um seria equipará-las a mulheres com todos os filhos na creche, assim, consideramos que nenhuma das duas opções seria correta.

<sup>10</sup> Definimos a vizinhança de acordo com o setor censitário (a variável utilizada foi número de controle).

análise das variáveis dependentes multi-categóricas, tipo de inserção no mercado de trabalho e tipo de jornada semanal, serão utilizados, respectivamente, o modelo *logit* multinomial e o modelo *logit* ordenado.

Todos esses modelos podem ser derivados em um contexto de maximização de utilidade, através da representação da utilidade por uma variável latente. Porém, é importante ressaltar que esses modelos também são consistentes com outros comportamentos, pois eles podem ser vistos simplesmente como descrevendo a relação entre as variáveis explicativas e os resultados de uma escolha. Dessa forma, neste trabalho, vamos apenas descrever as relações específicas de cada um dos modelos utilizados (*probit*, *logit* multinomial e *logit* ordenado)<sup>11</sup>.

### 3.2.1 *Probit*

No modelo *probit* aqui realizado,  $y$  é a variável dependente binária que assume valor 1 se o indivíduo for ativo economicamente e 0 caso contrário. A probabilidade de o indivíduo ser economicamente ativo ( $y=1$ ) não é uma função linear das variáveis explicativas e sim uma função da distribuição normal acumulada das variáveis explicativas, representadas pelo vetor  $x$ :

$$(3) \quad \begin{aligned} \text{Pr ob}(y = 1) &= \Phi(\beta'x) \\ \text{Pr ob}(y = 0) &= 1 - \Phi(\beta'x) \end{aligned}$$

Onde  $\Phi$  é a distribuição normal acumulada. Note que a soma das probabilidades é um, e que o valor de cada probabilidade está entre zero e um. Esta abordagem garante que o valor da probabilidade estimada sempre esteja entre 0 e 1. Este modelo é estimado pelo método da máxima verossimilhança e a principal atenção que se deve ter é em relação aos parâmetros estimados. Ao contrário da regressão linear onde os parâmetros estimados já representam os efeitos marginais sobre a variável de interesse, neste modelo há que se realizar mais cálculos a fim de se obter os efeitos marginais sobre a variável de interesse, que é a probabilidade de ser economicamente ativa. Por exemplo, para o caso de variáveis explicativas contínuas, o efeito marginal será obtido através da seguinte equação:

---

<sup>11</sup> Para ver outras formas de derivação desses modelos em mais detalhes considere Greene (2000), Train (2003) e Liao(1994).

$$(4) \frac{\partial \text{Pr ob}(y = 1)}{\partial x} = \phi(\beta'x)\beta$$

Onde  $\phi$  é a função densidade da distribuição normal. E, no caso de variáveis explicativas dicotômicas (seja  $x_k$  uma variável dicotômica), o efeito marginal será dado por:

$$(5) \text{Pr ob}(y = 1 / x_k = 1) - \text{Pr ob}(y = 1 / x_k = 0)$$

Observa-se que os valores das equações (4) e (5), os efeitos marginais, dependem dos valores considerados para todas as variáveis independentes. É bastante comum na literatura considerar os valores médios das variáveis independentes para se computar os efeitos marginais. Todavia, Train (2003, pp. 34 e 35) ressalta que a forma mais consistente de se calcular os efeitos marginais é computá-los separadamente para cada indivíduo, e depois obter a média dos efeitos marginais. Este foi o método adotado.

### 3.2.2 Logit multinomial

Já no modelo *logit* multinomial, a variável dependente ( $y$ ) assume valores 0,1,2,3,4 e 5 se o indivíduo for, respectivamente, inativo, desempregado, formal, sem carteira, conta própria e trabalhador doméstico. E as probabilidades de o indivíduo estar em cada uma dessas categorias são:

$$(6) \begin{aligned} \text{Pr ob}(y = j) &= \frac{\exp(\beta'_j x)}{1 + \sum_{k=1}^J \exp(\beta'_k x)} \text{ para } \dots j = 1,2,3,4. \\ \text{Pr ob}(y = 0) &= \frac{1}{1 + \sum_{k=1}^J \exp(\beta'_k x)}. \end{aligned}$$

Onde  $j$  representa as categorias que a variável dependente pode assumir. Observe que  $j=0$  é a categoria que será base de comparação. Novamente, note que a soma das probabilidades é um e que cada probabilidade assume valores entre zero e um. Este modelo também é estimado por máxima verossimilhança e seus parâmetros estimados também não representam os efeitos marginais sobre a probabilidade de a variável dependente ser a categoria  $j$ . Os parâmetros devem ser analisados através de uma comparação com a categoria-base, sinais positivos implicam uma maior

probabilidade de o indivíduo estar na categoria analisada ( $y=j$ ) do que na categoria-base e sinais negativos têm interpretação oposta.

Além da análise dos sinais dos coeficientes, também é possível calcular os efeitos marginais das variáveis do *logit* multinomial de forma análoga ao que foi realizado para o modelo *probit*. Para as variáveis contínuas, deriva-se a equação (6),

$$(7) \frac{\partial \text{Pr ob}(y = j)}{\partial x} = \text{Pr ob}(y = j) \left( \beta_j - \sum_{j=1}^{J-1} \text{Pr ob}(y = j) \beta_j \right)$$

e para as variáveis dicotômicas, calcula-se a diferença entre as probabilidades quando a variável assume valor um e quando assume valor zero. Da mesma forma, para uma estimação consistente devem-se calcular os efeitos marginais individualmente e depois computar a média.

### 3.2.3 Logit ordenado

Para a análise da escolha da jornada de trabalho será utilizado o modelo *logit* ordenado. Assim, a variável dependente,  $y$ , assume os valores 0, 1, 2, 3 e 4 se o indivíduo estiver, respectivamente, inativo, em jornada de 0-20 horas semanais, em jornada de 20-30 horas semanais, em jornada de 30-40 horas semanais ou em jornada de mais de 40 horas semanais. Neste modelo, a probabilidade generalizada do indivíduo estar em determinada categoria  $j$  é dada por:

$$(8) \text{Pr ob}(y = j) = L(\mu_j - \beta' x) - L(\mu_{j-1} - \beta' x)$$

Onde  $L$  representa a distribuição logística acumulada e os  $\mu$ 's são os pontos de corte; no caso presente, há 4 pontos de corte (já que são 5 categorias). Este modelo também é estimado pelo método da máxima verossimilhança, e seus coeficientes são difíceis de interpretar. Os coeficientes refletem os efeitos marginais sobre a variável latente e não sobre a probabilidade do indivíduo estar em quaisquer uma das categorias. Para entender a relação entre as variáveis independentes e a probabilidade do indivíduo estar em determinada categoria  $j$  deve-se calcular a equação (8) com base nos coeficientes estimados e nos pontos de corte. Também para compreender os efeitos marginais das variáveis independentes, deve-se considerar a equação (8). Dessa forma, foram calculados os efeitos marginais das variáveis explicativas sobre a probabilidade da escolha de cada categoria de forma análoga a anterior. Para as variáveis contínuas, devem ser consideradas as derivadas da equação (8) e para variáveis dicotômicas, deve-se calcular a diferença entre as probabilidades quando a

variável for um e quando for zero. Também, por consistência, foram computados os efeitos marginais para cada indivíduo, e depois calculou-se a média.

### **3.2.4 Simulações contra-factuais**

Além da análise dos parâmetros estimados através dos modelos *probit*, *logit* multinomial e *logit* ordenado, serão utilizadas simulações contra-factuais na análise do *probit*. O objetivo dessas simulações é compreender melhor o papel dos coeficientes e o papel das características observadas como determinantes da participação das mulheres (em contraposição aos homens) e da participação das mulheres mais pobres (em contraposição às mulheres mais ricas).

As simulações contra-factuais realizadas são inspiradas em Bourguignon et al (2004) e são realizadas da seguinte forma. Uma das simulações consiste em alterar os coeficientes observados na equação do *probit* para a base-principal pelos observados na equação para a base-secundária, mantendo tudo o mais constante (inclusive os resíduos), esta simulação gerará uma taxa de participação contra-factual para a base-principal. Esta taxa de participação contra-factual seria a taxa de participação que a base-principal teria se tivesse a mesma estrutura de escolha que a base-secundária.

A segunda simulação realizada consiste em substituir as características na equação do *probit* da base-principal pelas características da base-secundária, mantendo tudo o mais constante (coeficientes e resíduos). Esta simulação gera uma segunda taxa de participação contra-factual, que é a que seria observada se a base-principal tivesse a mesma dotação de características que a base-secundária.

Estas simulações serão realizadas duas vezes, na primeira mulheres e homens são base-principal e base-secundária, respectivamente; e na segunda mulheres pobres e mulheres ricas serão base-principal e base-secundária, respectivamente.

### **3.3 Estatísticas descritivas**

Na tabela 1 abaixo, apresenta-se as médias das variáveis dependentes e independentes de interesse para o grupo de mulheres e homens, que são objeto de estudo do presente trabalho. Ou seja, são as características médias de homens e mulheres, que são cônjuges ou chefes, têm entre 20 e 59 anos, e estão em áreas urbanas. Para as características que são variáveis binárias, reporta-se na tabela o valor de suas proporções.

É notável a diferença entre as taxas de participação de mulheres e homens. Enquanto cerca de 65,21% das mulheres participam do mercado de trabalho, essa proporção para os homens é de 93,06%. Também observamos que as mulheres que estão no mercado de trabalho encontram-se majoritariamente nas ocupações formais, domésticas e conta própria. Em comparação aos homens, a mulher apresenta maior propensão a estar desempregada ou a estar numa ocupação sem carteira. Já em relação a duração da jornada de trabalho, observa-se que há uma maior propensão das mulheres terem jornadas reduzidas em comparação aos homens.

Todas as outras características, que serão avaliadas como determinantes da oferta de trabalho, se apresentam de forma semelhante entre mulheres e homens. Ou seja, ambos os grupos apresentam, em média, a mesma idade e a mesma quantidade de anos de estudo; além de apresentarem proporções bem similares para todas as características bivariadas.



**Tabela 1: Estatísticas descritivas para mulheres e homens**

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Taxa de participação</b>	65,21%	93,06%
<b>Proporção de mulheres por ocupação:</b>		
desempregado	10,76%	4,27%
formal	39,85%	51,16%
sem carteira	11,00%	16,17%
conta própria	19,30%	27,60%
trabalhadores domésticos	19,09%	0,80%
<b>Proporção de mulheres por jornada:</b>		
0-20 horas semanais	15,36%	2,92%
20-30 horas semanais	12,56%	4,20%
30-40 horas semanais	27,10%	26,84%
40 ou mais horas semanais	44,98%	66,04%
<b>Idade</b>	39,40	40,07
	(10,3773)	(10,0928)
<b>Anos de estudo:</b>	7,64	7,48
	(4,3534)	(4,3185)
1 a 7	38,28%	39,73%
8	10,58%	11,34%
9 a 10	5,58%	5,21%
11	23,45%	22,70%
12 a 14	4,71%	4,02%
15 ou mais	9,80%	9,28%
<b>Regiões:</b>		
Nordeste	21,86%	21,29%
Sudeste	47,91%	47,94%
Sul	15,81%	16,19%
Centro-oeste	7,77%	7,79%
<b>Branco</b>	54,64%	53,08%
<b>Casado</b>	77,99%	89,45%
<b>Presença de:</b>		
Realizadora potencial de afazeres domésticos	10,83%	9,23%
Idosos	2,47%	2,12%
<b>Presença de filhos:</b>		
filhos(as) 0-3 anos	17,47%	19,86%
filhos(as) 4-6 anos	17,37%	18,17%
filhas 7-10 anos	12,52%	12,56%
filhas 11-15 anos	15,25%	14,60%
filhos 7-10 anos	12,89%	13,03%
filhos 11-15 anos	15,77%	15,43%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD 2005. Desvio-padrão entre parênteses.

## **CAPÍTULO 4 – Resultados**

### **4.1 Determinantes da decisão de participar no mercado de trabalho**

#### **4.1.1 Comparando homens e mulheres**

Com o objetivo de analisar os determinantes da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, avaliamos os parâmetros estimados no modelo de participação das mulheres e também os comparamos com os estimados para os homens. Na tabela 2 a seguir estão apresentados os resultados do *probit* para homens e mulheres, o que permite identificar as características mais importantes que afetam a decisão de entrar para o mercado de trabalho.

Entre os determinantes femininos é importante destacar o papel da educação. Esta é a característica que mais afeta a propensão da mulher de ser economicamente ativa. Quanto mais elevado o nível educacional, maior é a probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho.

Outra característica bastante relevante para a decisão feminina de entrar para o mercado de trabalho é a presença de filhos no domicílio. Quanto menor a idade dos filhos, maior é o efeito negativo sobre a participação feminina. Assim, a presença de filhos entre 0 e 3 anos é a que mais afeta negativamente a probabilidade da mulher ser economicamente ativa. Com relação às variáveis de filhos, cumpre observar que não observou-se um efeito não negativo da presença de filhas entre 11 e 15 anos sobre a oferta de trabalho da mãe, o que contraria nossa expectativa e resultados de outros estudos.

Também a renda não-laboral da mulher revelou-se uma característica importante e apresentou a esperada relação negativa com a probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho. Quanto menor a renda não-laboral da mulher, maior é a probabilidade dela ser economicamente ativa. Desse modo, a variável de renda não-laboral que apresenta o maior efeito positivo sobre a participação feminina é aquela que representa o primeiro quinto da renda não-laboral.

Ainda há que se destacar como relevante a variável para mulheres casadas. Esta mostrou que a mulher casada tem uma probabilidade menor de estar no mercado de trabalho. Ou seja, apesar da elevação da participação das mulheres casadas, elas ainda têm uma menor probabilidade de participar do mercado de trabalho em relação às que estão sem companheiro.

A variável que indica a presença de idosos apresenta efeito negativo esperado sobre a oferta de trabalho da mulher já que a presença desses pode implicar uma ampliação das obrigações domésticas. Já a presença de prováveis substitutas para a realização de afazeres de domésticos não apresentou o sinal positivo esperado<sup>12</sup>.

Por fim, as outras variáveis de região, de idade, de cor, apesar de serem estatisticamente significativas a 5% não apresentam coeficientes tão elevados quanto as características discutidas anteriormente. A variável idade apresentou a relação em forma de U invertido esperada. A variável de cor revela uma menor propensão a trabalhar das mulheres brancas, o que não era esperado. Ou seja, as mulheres negras (não-brancas) tendem a participar mais do mercado de trabalho apesar da discriminação racial. A variável para região nordeste não é estatisticamente significativa a 5%, mas as outras apontam que há uma maior propensão a ser economicamente ativa nas regiões sudeste, sul e centro-oeste (a base de comparação é a região norte que está omitida).

Em suma, cabe ressaltar o importante efeito que a educação tem sobre a participação feminina no mercado de trabalho. Ou seja, uma elevação do nível educacional implica em um incremento da força de trabalho feminina. Também é importante destacar o importante papel que as obrigações domésticas parecem ter sobre a decisão feminina de ser economicamente ativa tendo em vista os relevantes efeito negativo de filhos entre 0 e 3 anos e efeito negativo da presença de idosos. Assim, uma redução da carga de trabalho doméstico, como o aumento de oferta de creches, deve resultar em um aumento da participação feminina.

Comparando os resultados obtidos para as mulheres e os obtidos para os homens buscamos compreender o porquê de taxas de participação tão díspares por gênero. Ao contrário das mulheres, os homens não apresentam características que sejam determinantes fundamentais da sua participação no mercado de trabalho.

---

<sup>12</sup> Tentamos utilizar ainda outras variáveis para captar o provável efeito positivo da presença de outras realizadoras de afazeres doméstico no domicílio, especialmente as empregadas domésticas. Utilizamos a informação de empregadas domésticas residentes, que são aquelas que dormem nos domicílios e não tiram folgas regulares (semanais ou quinzenais) e não são muito comuns (em apenas 0,55% dos domicílios há empregadas domésticas residentes). Esta variável apresentou sinal positivo esperado e significância estatística. Todavia, optamos por não utilizar esta variável já que há poucos casos. Outra variável que também considerada foi o salário médio das empregadas domésticas por estado e região metropolitana. O objetivo desta variável era capturar a oferta de serviço doméstico, mas ela não apresentou significância estatística, o que no fim parece razoável já que deveríamos considerar a oferta de serviço doméstico por domicílio e não por estado e região metropolitana.

Apesar da grande maioria das variáveis ser estatisticamente significativas a 5%, nenhuma delas apresenta coeficientes da magnitude observada para as mulheres<sup>13</sup>. Este resultado evidencia que a entrada do homem no mercado de trabalho ocorre quaisquer que sejam suas características. Também deve-se enfatizar a diferença entre as constantes observadas para as mulheres e para os homens pois a das mulheres é significativamente mais negativa que a dos homens.

---

<sup>13</sup> Com o fim de testar a igualdade dos coeficientes, realizou-se uma equação com variáveis de interação entre todas as variáveis e uma variável dicotômica de sexo. Apenas as variáveis de idade, os dois primeiros níveis educacional e filhos e filhas entre 11 e 15 anos não são significativamente diferentes a 5% entre mulheres e homens. Assim, por facilidade optou-se por realizar os dois modelos separadamente.

**Tabela 2: Resultados do modelo *probit*: mulheres e homens**

	Coeficientes		Efeitos Marginais	
	mulheres	homens	mulheres	homens
<b>Idade</b>	0.1011*	0.0931*		
	(0.0046)	(0.0084)		
<b>Idade ao quadrado</b>	-0.0015*	-0.0015*		
	(0.0001)	(0.0001)		
<b>Anos de estudo:</b>				
1 a 7	0.1922*	0.1225*	0.0616*	0.0129*
	(0.0213)	(0.0342)	(0.0000)	(0.0000)
8	0.3633*	0.3219*	0.1116*	0.0295*
	(0.0263)	(0.0446)	(0.0000)	(0.0000)
9 a 10	0.4576*	0.2850*	0.1368*	0.0259*
	(0.0309)	(0.0575)	(0.0000)	(0.0000)
11	0.7020*	0.5068*	0.2104*	0.0459*
	(0.0241)	(0.0402)	(0.0000)	(0.0000)
12 a 14	1.0221*	0.6537*	0.2593*	0.0486*
	(0.0364)	(0.0641)	(0.0000)	(0.0000)
15 ou mais	1.2988*	0.9366*	0.3134*	0.0652*
	(0.0312)	(0.0509)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Regiões:</b>				
Nordeste	-0.0072	-0.2227*	-0.0024*	-0.0256*
	(0.0189)	(0.0373)	(0.0000)	(0.0000)
Sudeste	0.1273*	-0.1467*	0.0416*	-0.0156*
	(0.0186)	(0.0364)	(0.0000)	(0.0000)
Sul	0.2672*	-0.0907*	0.0845*	-0.0100*
	(0.0220)	(0.0418)	(0.0000)	(0.0000)
Centro-oeste	0.0851*	-0.0755	0.0275*	-0.0083*
	(0.0217)	(0.0431)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Branco</b>	-0.0306*	0.1101*	-0.0100*	0.0117*
	(0.0124)	(0.0220)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Casado</b>	-0.3190*	0.5068*	-0.1013*	0.0682*
	(0.0153)	(0.0314)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>	-0.1414*	-0.0207	-0.0472*	-0.0022*
	(0.0175)	(0.0300)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Presença de idosos no domicílio</b>	-0.0871*	0.1733*	-0.0289*	0.0167*
	(0.0365)	(0.0608)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Quintos de renda não laboral:</b>				
Primeiro	0.8635*	1.4416*	0.2459*	0.0924*
	(0.0224)	(0.0466)	(0.0000)	(0.0000)
Segundo	0.5404*	1.1398*	0.1620*	0.0863*
	(0.0202)	(0.0380)	(0.0000)	(0.0000)
Terceiro	0.4289*	0.7826*	0.1319*	0.0681*
	(0.0192)	(0.0307)	(0.0000)	(0.0000)
Quarto	0.2645*	0.5374*	0.0835*	0.0502*
	(0.0187)	(0.0267)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Presença de filhos:</b>				
filhos(as) 0-3 anos	-0.4866*	-0.0801*	-0.1654*	-0.0088*
	(0.0163)	(0.0343)	(0.0000)	(0.0000)
filhos(as) 4-6 anos	-0.2128*	-0.0490	-0.0711*	-0.0053*
	(0.0157)	(0.0325)	(0.0000)	(0.0000)
filhas 7-10 anos	-0.1540*	-0.0396	-0.0513*	-0.0043*
	(0.0174)	(0.0359)	(0.0000)	(0.0000)
filhas 11-15 anos	-0.0509*	-0.0866*	-0.0168*	-0.0095*
	(0.0164)	(0.0298)	(0.0000)	(0.0000)
filhos 7-10 anos	-0.1813*	-0.0636	-0.0606*	-0.0070*
	(0.0171)	(0.0351)	(0.0000)	(0.0000)
filhos 11-15 anos	-0.0664*	-0.0446	-0.0219*	-0.0048*
	(0.0161)	(0.0293)	(0.0000)	(0.0000)
<b>Constante</b>	-1.5391*	-0.7282*		
	(0.0929)	(0.1773)		
<b>Observações</b>	73342	60899		
<b>Wald</b>	6993.71	3922.01		
<b>Log likelihood</b>	-42371.123	-12008.497		
<b>Pseudo R2</b>	0.1053	0.2164		

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.

Nota: Efeitos marginais calculados para valores médios das variáveis independentes.

Com o objetivo de compreender melhor a diferença na participação de homens e mulheres, foram realizadas duas simulações contra-factuais para as mulheres. Na primeira, considera-se a equação de participação das mulheres substituindo os coeficientes pelos observados para os homens (incluindo a constante). Na segunda, substituem-se as características femininas pelas masculinas na equação de participação das mulheres. Então, calculam-se as novas taxas de participação das mulheres em cada um desses contra-factuais.

A tabela 3 a seguir apresenta as taxas de participação original e as contra-factuais. Observa-se que se as mulheres tivessem a mesma estrutura de decisão de participar (coeficientes) que os homens, sua taxa de participação de elevaria de 65,21% para 81,55%<sup>14</sup>, uma diferença de 16,34 pontos percentuais. Já se as mulheres tivessem mesmas características que os homens, sua participação se reduziria de 65,21% para 49,02%. Ou seja, a grande diferença entre as taxas de participação de homens e mulheres não se explica pelas diferentes características (pois as mulheres são até em média mais educadas que os homens), mas sim pelas diferentes estruturas de incentivos a participação. Enquanto os homens participam independentemente de suas características, as mulheres que têm maior probabilidade de trabalhar são as mais educadas e as que não têm filhos pequenos.

**Tabela 3: Simulações das taxas de participação das mulheres**

	Mulheres	Homens	Mulheres- Contra-factual 1	Mulheres- Contra-factual 2
Taxa de Participação	65,21%	93,06%	81,55%	49,02%

Fonte: Elaboração própria.

<sup>14</sup> Cabe ressaltar que, mesmo com a estrutura de decisão dos homens, as mulheres elevariam mas não igualariam sua taxa de participação à dos homens. Este é um indício de que ainda que as mulheres não enfrentem barreiras, elas podem optar por não entrar para o mercado de trabalho.

#### 4.1.2 Efeitos da oferta de creche

Tendo em vista a relação negativa entre a oferta de trabalho feminino e a presença de filhos, busca-se verificar qual o efeito que a utilização de creches pode ter sobre a oferta de trabalho das mulheres. Com este objetivo, consideramos dois modelos com duas variáveis diferentes para analisar o efeito da oferta de creches sobre a oferta de trabalho de mães de filhos entre 0 e 3 anos. Os resultados de ambos os modelos e as características médias deste grupo de mulheres estão na tabela 4 a seguir<sup>15</sup>.

As creches representam uma redução do volume de obrigações domésticas das mulheres, e esta redução pode implicar uma diminuição do salário de reserva da mulher se esta valorizar sua participação no mercado de trabalho. Se uma maior utilização de creches implica uma redução do salário de reserva para pelo menos algumas mulheres, então poderá ocorrer um aumento da oferta de trabalho das mulheres, se tal redução for suficiente para que os salários de reserva dessas mulheres fiquem abaixo do salário oferecido pelo mercado. Se esta situação ficar caracterizada então a impossibilidade de utilizar creche representa uma barreira à entrada dessas mulheres para o mercado de trabalho. Os resultados encontrados em ambos os modelos corroboram a hipótese de que um difícil acesso a creches implica uma barreira ao aumento da oferta de trabalho das mulheres.

No primeiro modelo, a variável utilizada para medir o efeito-creche é a proporção de filhos entre 0 e 3 anos que frequentam a creche. Neste modelo, o resultado aponta que, em média, a probabilidade de participar do mercado de trabalho se eleva 23 pontos percentuais se a mulher tiver todos os filhos de 0-3 anos em creche. Este efeito é estatisticamente significativo ao nível de 5% e o resultado desta regressão pode ser visto na tabela 4.

Pode-se argumentar que este resultado poderia não estar captado da forma correta uma vez que a variável de proporção de filhos em creche deve ser endógena. De fato, a mulher pode pôr os filhos na creche porque vai trabalhar ou pode ir trabalhar porque os filhos estão na creche, de forma que a decisão de entrar para o mercado de trabalho e de pôr os filhos na creche é tomada quase simultaneamente.

---

<sup>15</sup> Cabe destacar que as variáveis de presença de filhos foram alteradas para número de filhos apenas nestes dois modelos.

Ainda assim, é importante observar que há uma relação positiva, significativa e de magnitude relevante entre proporção de filhos na creche e oferta de mão-de-obra feminina. Ou seja, a opção de entrar para o mercado de trabalho e de dedicar mais horas a este está fortemente associada à possibilidade de ter filhos creches.

Certamente a variável ideal para medir o efeito de ter a possibilidade de pôr os filhos na creche seria uma variável que indicasse a proximidade de creches de cada domicílio, pois esta certamente é exógena. Entretanto, na ausência desta variável ideal, consideramos que em vizinhanças<sup>16</sup> onde pelo menos uma das crianças entre 0 e 3 anos frequenta creche pode-se dizer que há oferta de creche. O resultado do modelo com esta variável também está na tabela 4, e aponta que a presença de creche na vizinhança da mãe com filhos entre 0 e 3 anos pode elevar a sua probabilidade de participação do mercado de trabalho em cerca de 8 pontos percentuais.

Cabe ressaltar que com base nestes modelos é difícil dizer o efeito exato sobre a força de trabalho feminina de uma política que introduzisse creches em bairros carentes de creche; todavia, é possível afirmar que as mulheres destes bairros terão a opção de pôr seus filhos em creche para poder se dedicar ao mercado de trabalho, e esta possibilidade de ter filhos em creche está fortemente associada a um incremento da oferta de trabalho feminino, em termos de elevação da probabilidade de participar do mercado de trabalho.

---

<sup>16</sup> Cabe ressaltar mais uma vez que por vizinhança entende-se setor censitário.



Tabela 4: Resultado dos modelos *probit* com efeito creche

	Coeficientes		Efeitos Marginais		Características Médias
	Mod. 1	Mod. 2	Mod. 1	Mod. 2	
<b>Idade</b>	0.1073*	0.1095*			30
	(0.0182)	(0.0177)			
<b>Idade ao quadrado</b>	-0.0015*	-0.0015*			
	(0.0003)	(0.0003)			
<b>Anos de estudo:</b>					
1 a 7	0.2219*	0.2273*	0.0754*	0.0784*	35.66%
	(0.0645)	(0.0638)	(0.0000)	(0.0000)	
8	0.4117*	0.4150*	0.1368*	0.1398*	11.48%
	(0.0730)	(0.0724)	(0.0000)	(0.0000)	
9 a 10	0.4777*	0.5018*	0.1568*	0.1662*	7.80%
	(0.0778)	(0.0769)	(0.0000)	(0.0000)	
11	0.6901*	0.7104*	0.2289*	0.2382*	28.40%
	(0.0693)	(0.0686)	(0.0000)	(0.0000)	
12 a 14	1.0598*	1.0679*	0.3031*	0.3075*	4.02%
	(0.0968)	(0.0959)	(0.0000)	(0.0000)	
15 ou mais	1.3485*	1.3982*	0.3663*	0.3773*	8.37%
	(0.0900)	(0.0891)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Regiões:</b>					
Nordeste	-0.0102	-0.0087	-0.0036*	-0.0031*	24.28%
	(0.0416)	(0.0417)	(0.0000)	(0.0000)	
Sudeste	0.1335*	0.1495*	0.0466*	0.0531*	44.95%
	(0.0416)	(0.0414)	(0.0000)	(0.0000)	
Sul	0.1514*	0.1670*	0.0524*	0.0587*	14.89%
	(0.0497)	(0.0495)	(0.0000)	(0.0000)	
Centro-oeste	0.1124*	0.1118*	0.0389*	0.0394*	7.93%
	(0.0480)	(0.0480)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Branco</b>	-0.0302	-0.0340	-0.0106*	-0.0121*	50.94%
	(0.0286)	(0.0284)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Casado</b>	-0.5649*	-0.6023*	-0.1862*	-0.2000*	90.55%
	(0.0507)	(0.0501)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>	0.0964	0.0991	0.0334*	0.0349*	4.32%
	(0.0655)	(0.0639)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Presença de idosos no domicílio</b>	0.0639	0.1135	0.0222*	0.0399*	0.90%
	(0.1455)	(0.1406)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Quintos de renda não laboral:</b>					
Primeiro	0.5301*	0.4914*	0.1753*	0.1660*	26.53%
	(0.0583)	(0.0579)	(0.0000)	(0.0000)	
Segundo	0.3291*	0.2856*	0.1112*	0.0986*	26.36%
	(0.0529)	(0.0526)	(0.0000)	(0.0000)	
Terceiro	0.2329*	0.1909*	0.0799*	0.0669*	21.00%
	(0.0528)	(0.0523)	(0.0000)	(0.0000)	
Quarto	0.0566	0.0268	0.0197*	0.0095*	13.39%
	(0.0559)	(0.0554)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Número de filhos:</b>					
filhos(as) 0-3 anos	-0.2715*	-0.2691*	-0.0949*	-0.0957*	1.13
	(0.0370)	(0.0371)	(0.0000)	(0.0000)	
filhos(as) 4-6 anos	-0.1227*	-0.1228*	-0.0429*	-0.0437*	0.33
	(0.0252)	(0.0251)	(0.0000)	(0.0000)	
filhas 7-10 anos	-0.1126*	-0.1161*	-0.0394*	-0.0413*	0.18
	(0.0320)	(0.0317)	(0.0000)	(0.0000)	
filhas 11-15 anos	0.0183	0.0043	0.0064*	0.0015*	0.11
	(0.0391)	(0.0389)	(0.0000)	(0.0000)	
filhos 7-10 anos	-0.1489*	-0.1490*	-0.0520*	-0.0530*	0.18
	(0.0319)	(0.0316)	(0.0000)	(0.0000)	
filhos 11-15 anos	-0.0502	-0.0598	-0.0176*	-0.0213*	0.11
	(0.0377)	(0.0374)	(0.0000)	(0.0000)	
<b>Proporção de filhos 0-3 anos frequentando creche</b>	0.6669*		0.2331*		16.68%
	(0.0404)		(0.0000)		
<b>Existência de creche na "vizinhança"</b>		0.2346*		0.0838*	46.19%
		(0.0262)		(0.0000)	
<b>Constante</b>	-1.6243*	-1.6455*			
	(0.2984)	(0.2918)			
<b>Observações</b>	12934	12934			
<b>Wald</b>	1180.4	1057.6			
<b>Log likelihood</b>	-7921.95	-8056.25			
<b>Pseudo R2</b>	0.0985	0.0832			

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.

Nota: Efeitos marginais calculados para valores médios das variáveis independentes.

### **4.1.3 Efeitos da interação de renda não laboral e criança**

Conforme discutido anteriormente o efeito esperado da renda não-laboral sobre a oferta de trabalho da mulher é ambíguo. A relação negativa entre essas duas variáveis explica-se através do efeito renda clássico pois quanto mais elevada for a renda não-laboral maior será a capacidade de consumir bens e menor será a necessidade de ter ou de elevar a renda laboral. Já uma relação positiva é justificada pelo fato de quanto mais elevada é a renda não-laboral maior é a capacidade da mulher de reduzir sua jornada de trabalho doméstico e, conseqüentemente, de “se liberar” para entrar para o mercado de trabalho.

Analisando o modelo empírico da oferta de trabalho da mulher nas subseções anteriores, encontrou-se uma relação negativa entre renda não-laboral e oferta de trabalho da mulher. Ou seja, o efeito renda da renda não-laboral mostrou-se mais importante do que o efeito provável de reduzir a jornada doméstica. Todavia, buscando melhor investigar esses dois efeitos opostos, nesta subseção discute-se o efeito da interação entre a renda não-laboral e a presença de filhos no domicílio.

Com este objetivo, foram incluídas variáveis de interação entre a variável de filhos de 0 a 3 anos com as variáveis de quintos da renda não-laboral. O resultado obtido está na tabela 5 a seguir. Observa-se que filhos entre 0 e 3 anos parece ter um efeito mais negativo sobre a oferta de trabalho da mulher se ela estiver no primeiro quinto da renda não-laboral em relação ao último quinto (omitido) e em relação aos segundo, terceiro e quarto quintos (apesar de não ser estatisticamente diferente dos efeitos nestes quintos). Já o efeito de filhos entre 0-3 anos apresenta-se menor para o último quinto, pois todos os coeficientes de interação apresentam-se negativos e estatisticamente diferentes de zero a 5%.

Estes maior efeito negativo de filhos de 0 a 3 anos para o primeiro quinto e menor efeito de filhos entre 0 e 3 anos para o último quinto pode ser explicado pela maior capacidade das mulheres com maior renda não-laboral em reduzir sua jornada de trabalho doméstico em benefício de sua entrada para o mercado de trabalho.

**Tabela 5: Resultado do modelo *probit*:**

**efeito interação de renda não-laboral e filhos 0-3 anos**

		<b>Coefficientes</b>
<b>Idade</b>		0.0980* (0.0046)
<b>Idade ao quadrado</b>		-0.0015* (0.0001)
<b>Anos de estudo:</b>		
	1 a 7	0.2007* (0.0214)
	8	0.3734* (0.0264)
	9 a 10	0.4662* (0.0310)
	11	0.7073* (0.0241)
	12 a 14	1.0252* (0.0363)
	15 ou mais	1.2950* (0.0311)
<b>Regiões:</b>		
	Nordeste	-0.0084 (0.0189)
	Sudeste	0.1275* (0.0187)
	Sul	0.2671* (0.0220)
	Centro-oeste	0.0842* (0.0218)
<b>Branco</b>		-0.0315* (0.0124)
<b>Casado</b>		-0.3156* (0.0153)
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>		-0.1422* (0.0175)
<b>Presença de idosos no domicílio</b>		-0.0809* (0.0364)
<b>Quintos de renda não laboral:</b>		
	Primeiro	0.9374* (0.0240)
	Segundo	0.5778* (0.0217)
	Terceiro	0.4627* (0.0206)
	Quarto	0.2940* (0.0197)
<b>Presença de filhos:</b>		
	filhos(as) 0-3 anos	-0.1770* (0.0411)
	filhos(as) 4-6 anos	-0.2063* (0.0158)
	filhas 7-10 anos	-0.1512* (0.0174)
	filhas 11-15 anos	-0.0513* (0.0164)
	filhos 7-10 anos	-0.1783* (0.0172)
	filhos 11-15 anos	-0.0674* (0.0161)
<b>Interação entre os quintos da renda não-laboral e presença de filhos(as) 0-3 anos:</b>		
	Primeiro quinto	-0.4537* (0.0495)
	Segundo quinto	-0.3374* (0.0492)
	Terceiro quinto	-0.3250* (0.0515)
	Quarto quinto	-0.2994* (0.0559)
<b>Constante</b>		-1.5296* (0.0929)
<b>Observações</b>		73342
<b>Wald</b>		7080.61
<b>Log likelihood</b>		-42317.439
<b>Pseudo R2</b>		0.1064

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.

## 4.2 Pobreza e determinantes de participação

A relação negativa entre renda não-laboral e probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho evidenciada por este e por outros estudos poderia sugerir que as mulheres mais pobres participam mais do mercado de trabalho. Todavia, como já discutido o conceito da renda não-laboral (*per capita*) não coincide com o da renda domiciliar per capita, uma vez que o último também inclui a renda laboral da mulher. Assim sendo, nesta subseção será discutida a relação entre a participação das mulheres e a pobreza, e também em que medida os determinantes de participação das mulheres pobres são diferentes das mulheres mais ricas.

Para deixar mais claro como é diferente a relação entre participação das mulheres e renda não-laboral e participação das mulheres e pobreza, a tabela 6 explicita a taxa de participação das mulheres para cada quinto da distribuição de renda não-laboral e também para cada quinto da distribuição da renda domiciliar per capita.

Tendo em vista que a renda da mulher que participa do mercado de trabalho contribui diretamente para a renda domiciliar *per capita*, para definir mulheres “pobres” e mulheres “ricas” utilizamos uma variável de renda diferente da renda domiciliar *per capita*. Na verdade, utilizamos a renda domiciliar *per capita* para encontrar uma média da renda domiciliar *per capita* por setor censitário. Assim, definimos como pobres os 20% da população que se encontram nos setores censitários com menores médias da renda domiciliar *per capita*. Os ricos são definidos de forma análoga são os 20% da população que estão nos setores censitários com maiores médias da renda domiciliar *per capita*. A tabela 6 também apresenta a taxa de participação das mulheres para cada quinto desta nova variável de renda.

Dessa forma, nota-se que de fato a participação das mulheres mais pobres é menor apesar da participação das mulheres com menor renda não laboral ser maior. Assim, observa-se que a taxa de participação das mulheres tem um crescimento acentuado conforme se eleva a renda domiciliar *per capita* e um crescimento moderado com a renda domiciliar *per capita* por setor censitário. Isto é esperado uma vez que esta nova variável de renda não tem uma relação direta com a renda das mulheres que trabalham.

**Tabela 6: Taxa de participação das mulheres por extratos de renda**

	Por quintos da renda não-laboral	Por quintos da renda <i>per capita</i>	Por quintos da renda <i>per capita</i> por setor censitário	Separatrizes dos quintos de renda não-laboral	Separatrizes dos quintos de renda <i>per capita</i>	Separatrizes dos quintos de renda <i>per capita</i> por setor censitário
1	75,92%	52,91%	58,96%	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
2	63,83%	59,80%	64,31%	R\$ 85,00	R\$ 120,00	R\$ 203,02
3	64,50%	66,52%	65,21%	R\$ 159,67	R\$ 210,00	R\$ 290,96
4	62,29%	70,22%	66,63%	R\$ 270,00	R\$ 335,34	R\$ 402,55
5	59,50%	73,18%	69,86%	R\$ 500,00	R\$ 601,75	R\$ 619,49
total	65,21%	65,21%	65,21%			

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista esse diferencial de participação entra as mulheres mais pobres e as mais ricas, pergunta-se em que medida os determinantes de participação das mulheres são diferentes de acordo com o nível de renda. Para responder a esta pergunta, a tabela 7 a seguir apresenta os coeficientes da equação de participação da mulher (*probit*) para o primeiro e para o último quinto da distribuição da renda domiciliar *per capita* por setor censitário, bem como as características médias dessas mulheres.

Conforme já discutido as principais características determinantes da participação da mulher são educação, filhos, estado conjugal e renda não-laboral. Os quintos da renda não-laboral não são utilizados aqui devido à pouca variabilidade dentro dos quintos da renda domiciliar *per capita*. Então, vamos avaliar cada uma dessas características principais para as mulheres “ricas” e as “pobres”.

Observa-se que para as mulheres do quinto mais rico da população, as variáveis de educação mais importantes e, que são estatisticamente diferentes de zero a 5%, são aquelas referentes aos dois últimos níveis de escolaridade (universitário incompleto e universitário completo). Ou seja, quanto mais alto o nível educacional da mulher “rica”, especialmente se for nível universitário, maior é a sua probabilidade de participar do mercado de trabalho.

Já para as mulheres mais “pobres” todos os níveis educacionais apresentam efeitos estatisticamente positivos a 5% em comparação a não ter nenhum ano de educação formal. Os níveis educacionais mais importantes são nível médio completo

e nível universitário incompleto e completo, todavia é mister notar que o nível fundamental completo e o nível médio incompleto também apresentam efeitos positivos relevantes sobre a probabilidade de participação da mulher “pobre”. Assim, observa-se que ainda há potencial para uma elevação da taxa de participação dessas mulheres através de expansão educacional.

Já a variável que indica a presença de filhos de 0 a 3 anos apresenta efeitos negativos de magnitude similar tanto para as mulheres “pobres” quanto para as mulheres “ricas”. Este resultado não era o esperado uma vez que nossa expectativa era que a presença de filhos de 0 a 3 anos tivesse efeito negativo maior sobre a probabilidade da mulher mais pobre, o que aliado a uma maior quantidade de mulheres “pobres” com filhos de 0 a 3 anos explicaria a menor taxa de participação das mulheres mais pobres.

Ainda com relação à presença de filhos no domicílio, é importante ressaltar que também as outras variáveis de filhos se comportam contrariamente ao previsto e apresentam um menor efeito negativo sobre a oferta de trabalho das mulheres “pobres” do que sobre a oferta de trabalho das mulheres “ricas”. Vale ressaltar que filhas entre 11 e 15 anos e filhos entre 11 e 15 anos apresentam efeito positivo sobre a propensão da mulher “pobre” em ser economicamente ativa, mas não significativo a 5%. Ou seja, parece que tanto as filhas quanto os filhos entre 11 e 15 anos estão contribuindo para uma redução da jornada doméstica da mulher “pobre” de tal forma que esta possa entrar para o mercado de trabalho. É interessante destacar que este resultado não é encontrado para a mulher “rica”.

O fato de termos encontrado um efeito negativo menor do que o esperado da presença de filhos sobre a oferta de trabalho da mulher “pobre” pode estar relacionado a uma maior utilização de arranjos informais de cuidado de crianças. Um exemplo é a utilização dos filhos mais velhos para cuidar dos filhos mais novos, o que deve acontecer de fato já que observamos que a presença de filhos mais velhos tem impacto positivo sobre a probabilidade da mãe “pobre” ser economicamente ativa. Há ainda outros tipos de arranjos informais que não estão presentes no modelo, como deixar os filhos em casa de amigos ou vizinhos.

A variável de estado conjugal tem maior importância para a mulher mais “pobre”. Ser casada reduz mais a probabilidade da mulher “pobre” em trabalhar do

que a da mulher “rica”. Já a variável de idosos apresenta sinal negativo, mas não é significativa a 5% .

Outra comparação importante entre os dois modelos é em relação à constante. A constante do modelo de participação das mulheres pobres é mais negativa (maior magnitude) do que a constante do modelo de participação das mulheres ricas. Ou seja, as mulheres “ricas” por esta característica já apresentam uma maior probabilidade de participar do mercado de trabalho do que as mulheres “pobres”.

**Tabela 7: Resultados do modelo *probit* e características médias: mulheres “pobres” e “ricas”**

	Coeficientes		Efeitos Marginais		Características Médias	
	"Pobres"	"Ricas"	"Pobres"	"Ricas"	"Pobres"	"Ricas"
<b>Idade</b>	0.0926*	0.1210*			38	42
	(0.0095)	(0.0113)				
<b>Idade ao quadrado</b>	-0.0013*	-0.0019*				
	(0.0001)	(0.0001)				
<b>Anos de estudo:</b>						
1 a 7	0.1798*	-0.2015	0.0647*	-0.0638*	51.65%	16.65%
	(0.0331)	(0.1068)	(0.0000)	(0.0000)		
8	0.3131*	-0.1873	0.1092*	-0.0591*	8.38%	8.09%
	(0.0503)	(0.1116)	(0.0000)	(0.0000)		
9 a 10	0.4015*	-0.1596	0.1375*	-0.0502*	5.07%	4.02%
	(0.0597)	(0.1201)	(0.0000)	(0.0000)		
11	0.6204*	-0.0099	0.2092*	-0.0030*	13.83%	29.82%
	(0.0449)	(0.1053)	(0.0000)	(0.0000)		
12 a 14	1.3147*	0.2412*	0.3416*	0.0703*	1.31%	10.62%
	(0.1483)	(0.1109)	(0.0000)	(0.0000)		
15 ou mais	1.0856*	0.5935*	0.3069*	0.1722*	1.68%	29.27%
	(0.1087)	(0.1064)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Regiões:</b>						
Nordeste	0.0536	0.1352*	0.0195*	0.0401*	59.96%	8.23%
	(0.0317)	(0.0618)	(0.0000)	(0.0000)		
Sudeste	0.0120	0.0908	0.0044*	0.0277*	18.00%	58.52%
	(0.0428)	(0.0549)	(0.0000)	(0.0000)		
Sul	0.1841*	0.2199*	0.0654*	0.0650*	5.09%	22.59%
	(0.0620)	(0.0584)	(0.0000)	(0.0000)		
Centro-oeste	-0.0522	0.0839	-0.0190*	0.0252*	5.21%	7.84%
	(0.0499)	(0.0601)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Branco</b>	-0.0936*	-0.1152*	-0.0341*	-0.0346*	28.87%	78.37%
	(0.0268)	(0.0328)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Casado</b>	-0.4449*	-0.4516*	-0.1569*	-0.1296*	78.07%	75.67%
	(0.0297)	(0.0326)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>	-0.0648	-0.1787*	-0.0236*	-0.0561*	14.18%	11.59%
	(0.0352)	(0.0405)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Presença de idosos no domicílio</b>	-0.1113	-0.0664	-0.0407*	-0.0205*	0.21%	1.42%
	(0.0941)	(0.0719)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Presença de filhos:</b>						
filhos(as) 0-3 anos	-0.3912*	-0.3798*	-0.1450*	-0.1214*	23.91%	12.32%
	(0.0316)	(0.0423)	(0.0000)	(0.0000)		
filhos(as) 4-6 anos	-0.0757*	-0.1992*	-0.0276*	-0.0625*	23.94%	10.83%
	(0.0296)	(0.0433)	(0.0000)	(0.0000)		
filhas 7-10 anos	-0.0772*	-0.1925*	-0.0281*	-0.0606*	17.79%	8.11%
	(0.0321)	(0.0489)	(0.0000)	(0.0000)		
filhas 11-15 anos	0.0252	-0.0062	0.0091*	-0.0019*	19.96%	11.42%
	(0.0311)	(0.0422)	(0.0000)	(0.0000)		
filhos 7-10 anos	-0.0522	-0.1290*	-0.0190*	-0.0402*	18.27%	8.54%
	(0.0315)	(0.0484)	(0.0000)	(0.0000)		
filhos 11-15 anos	0.0230	-0.0577	0.0083*	-0.0177*	20.09%	11.60%
	(0.0308)	(0.0418)	(0.0000)	(0.0000)		
<b>Constante</b>	-1.0305*	-0.6382*				
	(0.1818)	(0.2442)				
<b>Observações</b>	15068	14409				
<b>Wald</b>	989.3	1423.09				
<b>Log likelihood</b>	-9558.97	-7772.06				
<b>Pseudo R2</b>	0.0629	0.1187				

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.

Nota: Efeitos marginais calculados para valores médios das variáveis independentes.



Para identificar melhor os determinantes das diferenças entre a participação de mulheres “pobres” e “ricas”, foram realizadas três simulações contra-factuais para a taxa de participação das mulheres “pobres”. A primeira considera a estrutura de participação (coeficientes) das “ricas”; a segunda, a dotação de características das “ricas”; a terceira, apenas a dotação educacional das “ricas”.

Parte considerável da diferença entre a participação de mulheres ricas e pobres se deve mais a diferentes dotações de características do que a diferentes estruturas de incentivos à participação. Uma mudança nos coeficientes eleva a participação das mulheres “pobres” de 58,96% para 63,91%; enquanto a mudança nas características eleva de 58,96% para 73,25%. Em outra simulação contra-factual, aplicamos a dotação educacional das mais “ricas” para as mais pobres, o que eleva sua participação de 58,96% para 73,57%.

Em suma, há que se destacar o importante papel das diferentes características entre mulheres “ricas” e “pobres” para explicar a menor participação das mulheres “pobres”, com especial destaque para o nível educacional. Cumpre ressaltar o importante efeito que uma elevação do nível educacional, mantendo tudo o mais constante, teria sobre a taxa de participação das mulheres mais pobres.

**Tabela 8: Simulações das taxas de participação das mulheres “pobres”**

	Original	Contra-factual 1: coeficientes das "ricas"	Contra-factual 2: características das "ricas"	Contra-factual 3: educação das "ricas"
Taxa de Participação	58,96%	63,91%	73,25%	73,57%

Fonte: Elaboração própria.

### **4.3 Determinantes da forma de inserção da mulher no mercado de trabalho**

Nesta seção, o objetivo é avaliar a hipótese de que diferentes inserções no mercado de trabalho (principalmente as informais: sem carteira ou conta própria) possam atenuar os efeitos negativos de alguns determinantes sobre a probabilidade da mulher deixar de ser inativa economicamente. Tais tipos de inserção seriam, então, mais propensos à entrada da mulher no mercado de trabalho.

A categoria-base do logit multinomial apresentado na tabela 9 é inativa, ou seja, a comparação dos resultados deve ser feita em relação a ela. Dessa forma, coeficientes positivos implicam uma maior probabilidade do indivíduo estar na posição analisada do que na inatividade e coeficientes negativos têm a interpretação oposta.

A educação novamente aparece como uma das variáveis com coeficientes de maior magnitude. Quanto maior a educação maior é a probabilidade da mulher assumir quaisquer uma das posições economicamente ativas (desempregada, formal, sem carteira, conta própria) em relação à inatividade. A exceção é a categoria de empregada doméstica, pois quanto maior a educação menor é a probabilidade da mulher ser empregada doméstica em relação à inatividade. Vale ressaltar que a razão de chances entre a posição em questão e a inatividade mais se eleva para o caso da educação superior completa na posição formal, pois esta é a que apresenta maior coeficiente.

Com relação às variáveis de filhos, vale destacar que a presença de filhos, especialmente de 0 a 3 anos, aumenta a probabilidade de ser inativo em relação a todas as posições consideradas. Mas o coeficiente de filhos de 0 a 3 anos é menor para a posição conta-própria do que para formal ou empregada doméstica, indicando que a redução da razão de chances entre estar na ocupação em questão e ser inativo é menor para a ocupação conta-própria. Isto pode representar um indício de que a categoria conta-própria pode oferecer alguma flexibilidade para conciliar o trabalho com os afazeres domésticos em relação às categorias formal e sem carteira.

Cabe aqui destacar que observamos na análise descritiva que há uma maior propensão das mulheres em ser empregada doméstica do que os homens, o que não se observa para a conta-própria. Ou seja, esta maior propensão da mulher ser empregada

doméstica não está relacionada a uma maior flexibilidade deste tipo de ocupação em relação às obrigações domésticas da mulher. Já a maior flexibilidade da ocupação conta própria não se reflete em uma maior propensão da mulher em ser conta própria comparativamente aos homens, pois provavelmente há outros requisitos necessários para ser conta própria que as mulheres devem ter em desvantagem. Foge ao escopo deste estudo, mas este fato aqui observado deve estar relacionado à hipótese de segmentação no mercado de trabalho.

Corroborando o resultado observado no probit de participação das mulheres, vale destacar as seguintes variáveis. O estado conjugal de casada aumenta a probabilidade de ser inativa em relação a todas as categorias economicamente ativas. A presença de idosos reduz a razão de chances de estar em quaisquer uma das categorias economicamente ativas do que estar inativa, mas só é estatisticamente significativa para as categorias desempregada, sem carteira e empregada doméstica. Também as variáveis de renda não-laboral apontam para uma relação negativa entre renda não-laboral e participação no mercado de trabalho (para todas as posições consideradas). Confirma-se ainda a relação em forma de U invertido entre idade e todas as posições economicamente ativas (desempregada, formal, sem carteira, conta própria e empregada doméstica).

Tendo em vista a hipótese em questão, observa-se que mulheres com filhos entre 0 e 3 anos (ou filhos entre 4 e 6 anos) apresentam uma menor redução da sua probabilidade de não ser inativa se a categoria em questão for conta própria. Assim, a categoria de conta própria deve apresentar alguma flexibilidade importante para mulheres com filhos pequenos. Entre as relevantes características que a categoria de conta própria apresenta às mulheres está a possibilidade de ter uma jornada de trabalho reduzida ou mesmo de poder trabalhar em casa, o que permite que a mulher combine melhor o trabalho doméstico com o trabalho de mercado.

**Tabela 9: Resultado do *logit* multinomial: tipos de inserção no mercado de trabalho**

	Tipos de Inserção no mercado de trabalho				
	Desempregada	Formal	Sem carteira	Conta própria	Empregada doméstica
<b>Idade</b>	0.0694*	0.2328*	0.1063*	0.2134*	0.2027*
	(0.0152)	(0.0107)	(0.0152)	(0.0121)	(0.0130)
<b>Idade ao quadrado</b>	-0.0017*	-0.0034*	-0.0019*	-0.0027*	-0.0031*
	(0.0002)	(0.0001)	(0.0002)	(0.0001)	(0.0002)
<b>Anos de estudo:</b>					
1 a 7	0.2858*	0.7740*	0.2912*	0.3653*	0.3178*
	(0.0770)	(0.0711)	(0.0817)	(0.0547)	(0.0505)
8	0.5144*	1.4462*	0.7138*	0.7641*	0.2144*
	(0.0904)	(0.0782)	(0.0958)	(0.0658)	(0.0648)
9 a 10	0.7693*	1.7168*	0.8734*	0.8977*	0.0940
	(0.0983)	(0.0850)	(0.1060)	(0.0770)	(0.0807)
11	0.9197*	2.5431*	1.3871*	1.0258*	-0.2682*
	(0.0832)	(0.0728)	(0.0860)	(0.0608)	(0.0675)
12 a 14	1.0032*	3.3484*	2.1464*	0.9906*	-1.5480*
	(0.1284)	(0.0891)	(0.1102)	(0.0997)	(0.2445)
15 ou mais	1.2725*	3.9200*	2.4317*	1.5600*	-0.5223*
	(0.1156)	(0.0826)	(0.1002)	(0.0794)	(0.1386)
<b>Regiões:</b>					
Nordeste	0.1597*	-0.0160	-0.0443	-0.0262	-0.2419*
	(0.0598)	(0.0426)	(0.0570)	(0.0455)	(0.0502)
Sudeste	0.6166*	0.4434*	0.0235	-0.1893*	0.5992*
	(0.0596)	(0.0421)	(0.0579)	(0.0463)	(0.0488)
Sul	0.3618*	0.8016*	0.1964*	-0.0291	0.6679*
	(0.0742)	(0.0485)	(0.0687)	(0.0547)	(0.0586)
Centro-oeste	0.3664*	0.3828*	-0.0213	-0.2375*	0.4312*
	(0.0697)	(0.0483)	(0.0678)	(0.0557)	(0.0564)
<b>Branco</b>	-0.2307*	0.0626*	-0.0817*	0.0207	-0.2531*
	(0.0397)	(0.0277)	(0.0399)	(0.0309)	(0.0332)
<b>Casado</b>	-0.5777*	-0.6301*	-0.8329*	-0.5400*	-0.7163*
	(0.0518)	(0.0344)	(0.0467)	(0.0372)	(0.0371)
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>	-0.4144*	-0.1265*	-0.1432*	-0.3768*	-0.2792*
	(0.0673)	(0.0391)	(0.0576)	(0.0453)	(0.0471)
<b>Presença de idosos no domicílio</b>	-0.3644*	-0.1169	-0.3756*	-0.0326	-0.3562*
	(0.1426)	(0.0809)	(0.1329)	(0.0875)	(0.1158)
<b>Quintos de renda não laboral:</b>					
Primeiro	1.4341*	1.6547*	1.4475*	1.0796*	2.2650*
	(0.0781)	(0.0492)	(0.0696)	(0.0565)	(0.0749)
Segundo	1.1305*	1.0803*	0.8679*	0.5749*	1.6609*
	(0.0711)	(0.0458)	(0.0674)	(0.0521)	(0.0726)
Terceiro	0.8443*	0.9687*	0.6057*	0.4748*	1.3484*
	(0.0697)	(0.0422)	(0.0649)	(0.0495)	(0.0720)
Quarto	0.5648*	0.6909*	0.3650*	0.2566*	0.8496*
	(0.0704)	(0.0405)	(0.0638)	(0.0480)	(0.0741)
<b>Presença de filhos:</b>					
filhos(as) 0-3 anos	-0.5967*	-0.9132*	-0.8834*	-0.6383*	-1.0589*
	(0.0473)	(0.0366)	(0.0524)	(0.0448)	(0.0469)
filhos(as) 4-6 anos	-0.2516*	-0.5145*	-0.3057*	-0.2564*	-0.4425*
	(0.0453)	(0.0356)	(0.0486)	(0.0416)	(0.0415)
filhas 7-10 anos	-0.1503*	-0.4089*	-0.2180*	-0.1368*	-0.3434*
	(0.0517)	(0.0401)	(0.0544)	(0.0440)	(0.0444)
filhas 11-15 anos	-0.0784	-0.1791*	0.0281	-0.0883*	-0.1091*
	(0.0530)	(0.0370)	(0.0516)	(0.0409)	(0.0406)
filhos 7-10 anos	-0.2620*	-0.4751*	-0.2955*	-0.1879*	-0.3042*
	(0.0520)	(0.0397)	(0.0541)	(0.0441)	(0.0434)
filhos 11-15 anos	-0.0391	-0.2089*	-0.0109	-0.0582	-0.1949*
	(0.0520)	(0.0367)	(0.0508)	(0.0399)	(0.0407)
<b>Constante</b>	-2.5456*	-6.0242*	-3.1701*	-5.2314*	-4.7099*
	(0.3001)	(0.2181)	(0.2992)	(0.2491)	(0.2628)
<b>Observações</b>	69122				
<b>Wald</b>	15486.88				
<b>Log likelihood</b>	-97760.362				
<b>Pseudo R2</b>	0.1128				

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.

#### **4.4 Determinantes da jornada de trabalho**

Nesta seção, analisa-se a hipótese de que jornadas de trabalho mais flexíveis possam contribuir para que determinantes negativos, como presença de filhos pequenos, tenham um menor efeito negativo sobre a probabilidade da mulher não ser inativa.

A metodologia adotada para este modelo foi o logit ordenado. A tabela 10 apresenta os coeficientes obtidos por esta regressão. Conforme explicado anteriormente na metodologia, estes coeficientes se referem à variável latente e são de difícil interpretação em relação às categorias analisadas. Assim, foram calculados os efeitos marginais das variáveis sobre a probabilidade de cada categoria e para cada indivíduo. As médias dos efeitos marginais também estão apresentadas na tabela 11 e são mais facilmente interpretadas.

Mais uma vez, os efeitos marginais de maior magnitude são os das variáveis de educação. Quanto mais elevado o nível educacional menor é a probabilidade de a mulher ser inativa (em relação a todas as categorias em questão). E mais, quanto maior o nível educacional maior é a probabilidade de a mulher estar em uma jornada de trabalho mais longa.

As variáveis de filhos, especialmente de 0 a 3 anos, aumentam mais uma vez a probabilidade de ser inativa (em relação a todas as categorias). Todavia é mister ressaltar a maior magnitude deste efeito marginal negativo para a categoria de jornadas com mais de 40 horas semanais seguida da categoria de jornada de 30-40 horas semanais. Para as menores jornadas de trabalho, o efeito marginal negativo é menor ou até positivo. Assim, as menores jornadas de trabalho parecem apresentar uma maior possibilidade de conjugar uma vida economicamente ativa com as tarefas domésticas.

Dessa forma, a maior propensão das mulheres em ter jornadas de trabalho menores do que os homens, fato observado na análise descritiva, deve estar relacionada a uma maior flexibilidade desses tipos de ocupações em relação às responsabilidades domésticas.

Novamente, observa-se que o estado conjugal de casada aumenta a probabilidade de ser inativa em relação às outras categorias, e que quanto menor o quinto de renda não-laboral, maior é a probabilidade de ter uma jornada de trabalho

com horas positivas. Já a presença de idosos no domicílio também eleva a probabilidade de a mulher ser inativa e reduz a probabilidade de a mulher ter uma jornada de trabalho mais longa.

**Tabela 10: Resultado do logit ordenado: jornada de trabalho**

		<b>Coeficientes</b>
<b>Idade</b>		0.1193* (0.0065)
<b>Idade ao quadrado</b>		-0.0020* (0.0001)
<b>Anos de estudo:</b>		
	1 a 7	0.2914* (0.0318)
	8	0.5403* (0.0389)
	9 a 10	0.6871* (0.0457)
	11	0.9130* (0.0342)
	12 a 14	0.9920* (0.0429)
	15 ou mais	1.2492* (0.0378)
<b>Regiões:</b>		
	Nordeste	-0.0004 (0.0256)
	Sudeste	0.2499* (0.0254)
	Sul	0.3779* (0.0292)
	Centro-oeste	0.1767* (0.0296)
<b>Branco</b>		-0.0208 (0.0170)
<b>Casado</b>		-0.4301* (0.0197)
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>		-0.1519* (0.0235)
<b>Presença de idosos no domicílio</b>		-0.1342* (0.0492)
<b>Quintos de renda não laboral:</b>		
	Primeiro	0.9132* (0.0285)
	Segundo	0.5930* (0.0275)
	Terceiro	0.4859* (0.0262)
	Quarto	0.2959* (0.0253)
<b>Presença de filhos:</b>		
	filhos(as) 0-3 anos	-0.6495* (0.0237)
	filhos(as) 4-6 anos	-0.3163* (0.0219)
	filhas 7-10 anos	-0.2151* (0.0238)
	filhas 11-15 anos	-0.0771* (0.0215)
	filhos 7-10 anos	-0.2788* (0.0235)
	filhos 11-15 anos	-0.0995* (0.0214)
<b>Ponto de corte 1</b>		1.3748
<b>Ponto de corte 2</b>		1.8467
<b>Ponto de corte 3</b>		2.2148
<b>Ponto de corte 4</b>		3.0418
<b>Observações</b>		73344
<b>Wald</b>		7222.46
<b>Log likelihood</b>		-103243
<b>Pseudo R2</b>		0.0421

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.

**Tabela 11: Efeitos marginais do logit ordenado: jornada de trabalho**

		Jornada de trabalho semanal				
		Inativa	0-20 horas	20-30horas	30-40 horas	Mais de 40 horas
<b>Anos de estudo:</b>						
	1 a 7	-0.0596* (0.0000)	-0.0050* (0.0000)	-0.0004* (0.0000)	0.0099* (0.0000)	0.0551* (0.0000)
	8	-0.1055* (0.0000)	-0.0126* (0.0000)	-0.0037* (0.0000)	0.0132* (0.0000)	0.1086* (0.0000)
	9 a 10	-0.1300* (0.0000)	-0.0179* (0.0000)	-0.0067* (0.0000)	0.0128* (0.0000)	0.1417* (0.0000)
	11	-0.1763* (0.0000)	-0.0217* (0.0000)	-0.0069* (0.0000)	0.0206* (0.0000)	0.1842* (0.0000)
	12 a 14	-0.1770* (0.0000)	-0.0286* (0.0000)	-0.0133* (0.0000)	0.0087* (0.0000)	0.2102* (0.0000)
	15 ou mais	-0.2171* (0.0000)	-0.0363* (0.0000)	-0.0180* (0.0000)	0.0059* (0.0000)	0.2654* (0.0000)
<b>Regiões:</b>						
	Nordeste	0.0001* (0.0000)	0.0000* (0.0000)	0.0000* (0.0000)	0.0000* (0.0000)	-0.0001* (0.0000)
	Sudeste	-0.0520* (0.0000)	-0.0043* (0.0000)	-0.0002* (0.0000)	0.0093* (0.0000)	0.0472* (0.0000)
	Sul	-0.0760* (0.0000)	-0.0081* (0.0000)	-0.0017* (0.0000)	0.0114* (0.0000)	0.0745* (0.0000)
	Centro-oeste	-0.0362* (0.0000)	-0.0035* (0.0000)	-0.0005* (0.0000)	0.0059* (0.0000)	0.0342* (0.0000)
<b>Branco</b>		0.0043* (0.0000)	0.0004* (0.0000)	0.0000* (0.0000)	-0.0008* (0.0000)	-0.0039* (0.0000)
<b>Casado</b>		0.0869* (0.0000)	0.0095* (0.0000)	0.0021* (0.0000)	-0.0131* (0.0000)	-0.0854* (0.0000)
<b>Realizadora potencial de afazeres domésticos</b>		0.0322* (0.0000)	0.0023* (0.0000)	-0.0002* (0.0000)	-0.0062* (0.0000)	-0.0280* (0.0000)
<b>Presença de idosos no domicílio</b>		0.0285* (0.0000)	0.0020* (0.0000)	-0.0002* (0.0000)	-0.0055* (0.0000)	-0.0247* (0.0000)
<b>Quintos de renda não laboral:</b>						
	Primeiro	-0.1731* (0.0000)	-0.0231* (0.0000)	-0.0085* (0.0000)	0.0171* (0.0000)	0.1876* (0.0000)
	Segundo	-0.1163* (0.0000)	-0.0129* (0.0000)	-0.0034* (0.0000)	0.0152* (0.0000)	0.1174* (0.0000)
	Terceiro	-0.0968* (0.0000)	-0.0104* (0.0000)	-0.0024* (0.0000)	0.0138* (0.0000)	0.0957* (0.0000)
	Quarto	-0.0601* (0.0000)	-0.0059* (0.0000)	-0.0010* (0.0000)	0.0095* (0.0000)	0.0574* (0.0000)
<b>Presença de filhos:</b>						
	filhos(as) 0-3 anos	0.1405* (0.0000)	0.0061* (0.0000)	-0.0036* (0.0000)	-0.0303* (0.0000)	-0.1127* (0.0000)
	filhos(as) 4-6 anos	0.0674* (0.0000)	0.0042* (0.0000)	-0.0008* (0.0000)	-0.0135* (0.0000)	-0.0573* (0.0000)
	filhas 7-10 anos	0.0457* (0.0000)	0.0030* (0.0000)	-0.0004* (0.0000)	-0.0090* (0.0000)	-0.0393* (0.0000)
	filhas 11-15 anos	0.0162* (0.0000)	0.0012* (0.0000)	0.0000* (0.0000)	-0.0030* (0.0000)	-0.0144* (0.0000)
	filhos 7-10 anos	0.0595* (0.0000)	0.0037* (0.0000)	-0.0008* (0.0000)	-0.0120* (0.0000)	-0.0505* (0.0000)
	filhos 11-15 anos	0.0210* (0.0000)	0.0016* (0.0000)	-0.0001* (0.0000)	-0.0039* (0.0000)	-0.0185* (0.0000)

Fonte: Elaboração própria. \*p<0.05. Desvio-padrão entre parênteses.



## **CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO**

Tendo em vista a redução na velocidade do crescimento da taxa de participação feminina no Brasil, o objetivo principal deste estudo é ressaltar não só que ainda há espaço para a elevação da entrada das mulheres como também apontar possíveis caminhos para que isto ocorra. Para este fim, este trabalho discute os determinantes da entrada da mulher no mercado de trabalho.

Através da comparação entre as taxas de participação de homens e mulheres, e entre as de mulheres mais pobres e mulheres mais ricas, é possível visualizar que ainda há sim espaço para elevar a entrada da mulher no mercado de trabalho. Nesse sentido, desenvolvemos um arcabouço teórico capaz de fundamentar a decisão dos indivíduos sobre sua oferta de trabalho e de explicar porque homens e mulheres apresentam taxas de participação tão diferentes. Tradicionalmente às mulheres cabe a realização dos afazeres domésticos e aos homens o provimento de renda para a família. Como consequência, as mulheres têm elevados salários de reserva e os homens baixos salários de reserva. Como a decisão de ser economicamente ativo só ocorre se o salário de reserva for menor do que o salário esperado, compreende-se a baixa participação das mulheres em comparação aos homens.

Na análise empírica dos determinantes da oferta de trabalho, verificou-se que a decisão feminina é significativamente mais sensível às variáveis consideradas do que a decisão masculina. Este resultado reforça o argumento teórico de que os homens têm baixos salário de reserva enquanto as mulheres têm elevados salários de reserva devido às obrigações domésticas.

Com relação às características determinantes da participação feminina no mercado de trabalho que podem ser alvos de políticas públicas, destacam-se o nível educacional, que afeta positiva e significativamente a entrada da mulher no mercado de trabalho, e a presença de filhos, que afeta negativa e significativamente a participação feminina. Observa-se ainda um significativo efeito positivo da presença de creches sobre a oferta de trabalho das mulheres que têm filhos. Estes resultados, especialmente os das variáveis de filhos e de creche, corroboram argumento de que as mulheres têm elevado salário de reserva em função de suas obrigações domésticas.

Estes resultados apontam que para uma elevação da entrada da mulher no mercado de trabalho deve-se objetivar tanto uma elevação do nível educacional das mulheres quanto uma elevação da oferta de creches.

Analisando o diferencial de participação entre as mulheres mais pobres e as mais ricas, foi encontrado que a oferta de trabalho das mulheres mais pobres é afetada positiva e significativamente por todos os níveis de educação formal, o que revela o aumento do nível educacional dessas mulheres como um importante instrumento para aumentar sua participação já que estas mulheres apresentam uma baixa média de anos de estudo. Já o fato da presença de filhos pequenos não ter apresentado o esperado maior efeito negativo não indica que a política de creches é menos importante para essas mulheres, pois estas devem utilizar arranjos informais de cuidado dos filhos, como o cuidado dos filhos mais novos pelos filhos mais velhos. Assim, a política de creches é importante para o acúmulo de capital humano tanto dos filhos mais novos quanto dos filhos mais velhos. Nesse sentido, a política de creche é complementar à política de elevação do nível educacional das mulheres mais pobres.

Ainda observamos que ocupações com características mais flexíveis, como conta própria ou com jornadas menores, favorecem a saída da mulher da situação de inatividade. Para essas ocupações mais flexíveis, a presença de filhos que afeta negativamente a entrada da mulher no mercado de trabalho atua com menor intensidade. Assim, além das políticas de elevação do nível educacional das mulheres e de ampliar a oferta de creches, também uma maior flexibilidade das ocupações formais poderia contribuir para o incremento da participação feminina no mercado de trabalho.

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, P.; LEVINE, P. **Child care and mothers' employment decisions**. Cambridge, Mass.: NBER, 1999. (Working paper, n.7058)

BAKER, M.; GRUBER, J; MILLIGAN, K. **Universal childcare, maternal labor supply and family well-being**. Cambridge, Mass.: NBER, 2005. (Working paper, n.11832)

BARROS, R.; JATOBÁ, J.; MENDONÇA, R. **A evolução da participação da mulheres no mercado de trabalho: uma análise de decomposição**. In: Encontro Nacional da ABET, 1995, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: ABET, 1995.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Família e distribuição de renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Texto para discussão n.164).

BECKER, G. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

BERNDT, E. **The practice of econometrics- classic and contemporary**. New York: Addison-Wesley Publishers, 1996.

BIRCH, E. Studies of the labour supply of Australian women: what have we learned? **The Economic Record**, v. 81, n.252, pp. 65-84, 2005.

BOURGUIGNON, F.; FERREIRA, F.; LUSTIG, N. **The Microeconomics of income distribution dynamics in East Asia and Latin America**. Washington, DC: World Bank; New York: Oxford University Press, 2004.

BREEN, R. **Regression models: Censored, sample selected, or truncated data**. Sage university papers series on quantitative applications in the social sciences, number 07-111. Thousand Oaks, CA: Sage. 1996

CAVALCANTI, T.; TAVARES, J. **Assessing the engines of liberation: home appliances and female labor participation**. In: XXXII Encontro nacional da ANPEC, 2004, João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: ANPEC, 2004.

CHAN, A.H. The effects of full-time domestic workers on married women's economic activity in Hong Kong, 1981-2001. **International sociology**, v.21, n.1, pp.133-159, 2006.

CONNELLY, R.; DEGRAFF, D. Women's employment and child care in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, v. 44, n.3, pp.619-656, 1996.

DEL BOCA, D, SAUER, R. **Life cycle employment and fertility across institutional environments**. Bonn: IZA, 2006. (IZA Discussion paper n.2285).

ECLAC. **Demographic bulletin – Latin America and the Caribbean: Selected gender-sensitive indicators.** Santiago de Chile: ECLAC, 2002.

GERSHUNY, J.; BITTMAN, M.; BRICE, J. Exit, voice and suffering: do couples adapt to changing employment patterns? **Journal of Marriage and the Family**, v. 67, pp.656-665, 2005.

GOMES, A.; WAJNMAN, S. **Diferenciais salariais segundo a posição de homens e mulheres nas famílias.** (Trabalho apresentado no Seminário “As famílias e as políticas públicas no Brasil”, 21-22 de novembro de 2005, Belo Horizonte, ABEP) Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/GomesWajnm an.pdf>> Acesso em: jun/2007.

GONÇALVES, M.; PEREZ, E.; WAJNMAN, S. **Taxas de participação (formal e informal) feminina no mercado de trabalho das regiões Sudeste e Nordeste: uma análise a partir das PNADs 1992-2002.** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2004.

GREENE, W. **Econometric Analysis.** New Jersey: Prentice Hall, 4th edition, 2000.

GREENWOOD, J; SESHADRI, A.; YORUKOGLU, M. Engines of liberation. **Review of economic studies**, v.72, n.1, pp. 109-133, 2005.

HECKMAN, J. Effects of child-care programs on women’s work effort. **Journal of political economy**, v.82, n.2, Part 2: Marriage, family human capital, and fertility, pp. S136-S163, 1974

HOFFMANN, R.; LEONE,E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, v.14, n.2, pp. 35-58, 2004.

KILLINGSWORTH, M., HECKMAN, J. Female labor supply: a survey In: ASHENFELTER, O.; LAYARD, R. (eds.) **Handbook of labor economics**, vol.1, New York: Elsevier Science Publishers BV, 1986.

LEME,M.; WAJNMAN, S. **Efeitos do Período, Coorte e Ciclo de Vida na Participação feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro.** In: XXI Encontro Brasileiro de Econometria, 1999, Belém. **Anais...**, Belém: SBE, 1999.

LIAO, T. **Interpreting probability models: logit, probit and other generalized linear models.** Sage university papers series on quantitative applications in the social sciences, number 07-101. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H.; WAJNMAN, S. Sexo Frágil? Evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **Coletâneas Gelre – Série Estudos do Trabalho**, v.1, 2005.

MONTALI, L.; LOPES, G. **Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002 *apud* MELO, F. **Trajetórias no mercado de trabalho: perfis socioocupacionais de indivíduos e**

casais da Grande São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PAZELLO, E.; FERNANDES, R. **A maternidade e a mulher no mercado de trabalho:** diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: XXXII Encontro nacional da ANPEC, 2004, João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: ANPEC, 2004.

PEÑA-PARGA, X., GLASSMAN, A. **Demand for child care and female employment in Colombia.** Documento CEDE 2004-43, 2004.

QUISUMBING, A.; MALUCCIO, J. **Intrahousehold Allocation and Gender Relations: New Empirical Evidence from four Developing Countries.** Washington, DC: International Food Policy Research Institute, 2000. (FCND Discussion Paper 84).

RAMOS, L.; SOARES, A.L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994. ( Texto para discussão n.350).

SCORZAFAVE, L.G., MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.31, n.3, pp. 441-478, 2001.

SCORZAFAVE, L. G. **Caracterização da inserção feminina no mercado de trabalho e seus efeitos sobre a distribuição de renda.** 2004. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

SEDLACEK, G.L., SANTOS, E.C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar.** Rio de Janeiro: IPEA, 1991 (Texto para discussão n.209).

SEN, A. K. Family and Food: sex bias in poverty. In: SEN, A. K. **Resources, Values and Development.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997.

SERVO, L. **Diferenças de Salários no Brasil:** uma análise para as regiões metropolitanas. In: XXVII Encontro Nacional da ANPEC, 1999, Belém. **Anais...**, Belém: ANPEC, 1999.

SOARES, S. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho- homens negros, mulheres brancas e mulheres negras.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão do Ipea n.769).

SOARES, S.; Izaki, R.S. **A participação feminina no mercado de trabalho.** Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para discussão n.923).

SOARES, Y.S.D. Viés de gênero no consumo, na poupança e na oferta de mão-de-obra no Brasil. **Pesquisa e planejamento economic**, v.32, n.2, pp.99-232, 2002.

TRAIN, K. **Discrete Choice Models with Simulation.** Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2003.

WONG, R.; LEVINE, R. The effects of the structure of the household on women's economic activity and fertility: evidence from recent mothers in urban Mexico. **Economic Development and Cultural Change**, v. 41, n.1, pp.89-102, 1992.